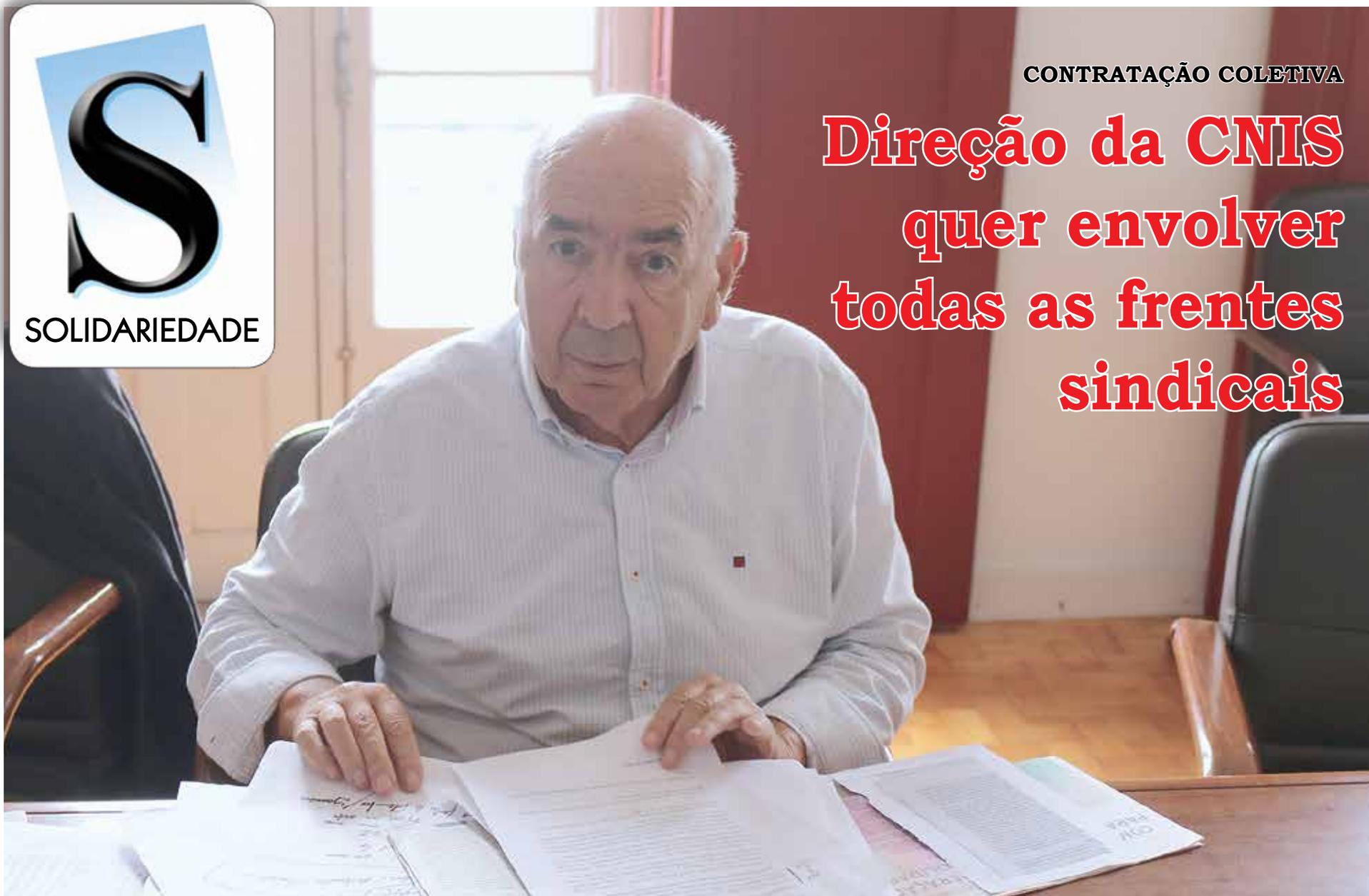




CONTRATAÇÃO COLETIVA

**Direção da CNIS
quer envolver
todas as frentes
sindicais**



NOVO GOVERNO

No MTSSS ficou tudo na mesma



OEIRAS
Associação
Apoio
aposta
em fazer
as pessoas
felizes



V. CASTELO
Elisa é
a assistente
virtual
para IPSS
criada em
Lanheses



iD

A GAMA PROFISSIONAL ADAPTADA A CADA PACIENTE

- ✓ iD oferece conforto e segurança
- ✓ 100% respirável para preservar a integridade da pele
- ✓ Tem um sistema de controle de odores

NORDHigiene
Produtos de higiene e limpeza

Aprovado por dermatologistas

Eugénio Fonseca



Agora, que os eleitos só pensem no bem comum

Sou um político resiliente, sem nunca ter sentido a necessidade de me envolver na política ativa. Quero dizer que, há mais de cinquenta anos, fiz a opção de viver a minha cidadania em setores relacionados com a proteção e intervenção sociais com o objetivo de cooperar para a transformação da sociedade a que pertencço e que se veio alargando do local ao internacional. Fi-lo sempre integrado em instituições com identidade cristã, pertencentes à Igreja Católica. Agora, continuo a trilhar o mesmo caminho, mas com instituições de solidariedade da sociedade civil, sem perder os meus valores humano-cristãos e assumindo-me como católico. Isto para deixar claro que cada pessoa que, a propósito de alguma causa, toma alguma atitude, seja ela positiva, negativa ou nenhuma, está a assumir uma posição política no sentido intrínseco da palavra que quer dizer cuidar da polis, ou seja da cidade. Teríamos um país diferente se cada um/a dos seus habitantes, de acordo com a sua idade, competências, contexto social, cultural, religioso... se dedicasse, depois do seu trabalho remunerado, a uma atividade em favor do bem de alguém ou da sua comunidade.

Têm-no dito alguns Papas – Francisco repetiu-o várias vezes –, referindo-se aos que optam mesmo por se integrarem na vida política, que fazê-la é uma das formas mais nobres de exercer a cidadania. Não posso estar mais de acordo. Todavia, é uma opção muito exigente. Refiro algumas dessas exigências: seriedade nos compromissos e reta

consciência nas responsabilidades assumidas; forte disponibilidade na capacidade da doação do tempo; motivação primordial para a realização do bem comum; consciência ética apurada; capacidade de diálogo e de cedência quando estão em causa objetivos maiores. Que se tenha em conta que a política ativa não é uma profissão, mas uma outra forma, repito muito nobre, de servir a causa pública. Enveredar por esta forma de cidadania para procurar alcançar objetivos pessoais, é desvirtuar tão nobre missão. Mais imperiosa se torna a política ativa, quando alguns dos que optaram por ela são eleitos pelo povo para tudo fazerem para que em Portugal haja menos desigualdades sociais e todas as consequências que as mesmas acarretam. É isso a democracia. Mas, este modelo de governação política, também, dá a possibilidade de a sociedade se organizar em vários tipos de instâncias para cooperarem com os políticos ativos de modo a que o poder não fique concentrado neles.

Escrevo este texto no dia seguinte ao das eleições. Fiquei triste por 35% dos eleitores não terem cumprido este seu direito que deveria ser compreendido também como um dever. Sei que já houve eleições em que a abstenção foi maior, mas lamento que não se aproveite a oportunidade que a democracia nos dá de se escolher quem queremos que nos represente na Casa da Democracia. O povo escolheu e a sua escolha é soberana. Atrevo-me a pensar que em cada voto, fundamentalmente dos que pertencem à classe

média ou vivem em situação de pobreza, foi o desejo de se ter um Portugal com maior justiça social e solidariedade. Dentro destes dois valores humanos cabem muitas necessidades que, muita da nossa gente, ainda sente.

Agora, que o Parlamento seja um lugar onde se legisle a pensar mais no povo, do que nos Partidos a que se pertence. Muitas vezes tenho dito e torno a afirmar, para situações incontornáveis como: a criação de postos de trabalho com salários dignos; a erradicação da pobreza absoluta; o acesso a cuidados de saúde e a habitação a custos acessíveis; a diminuição do abandono ou insucesso escolar, deveria haver “Pactos de Regime”, ou com outra designação, para que se obtivessem consensos no sentido da criação de medidas de políticas públicas, se dispensassem dogmas ideológicos e imperasse a cultura democrática do diálogo. O diálogo construtivo deveria ser a regra de ouro dos encontros entre os deputados e não o insulto, por vezes gratuito e pouco digno da missão que desempenham.

Poder-se-á pensar que estou a fazer um apelo para que se reneguem princípios ideológicos; não se trata de renegar tais princípios, mas sim de ter a capacidade de relativizar a sua rigidez, em função dum bem maior, quando esteja em causa a defesa e respeito pela dignidade humana, que, estes sim, são princípios absolutos sem os quais não viveremos em verdadeira democracia, correndo o risco de se vir a enfraquecer os valores que suportam a própria democracia.

Maria João Quintela
Vogal Direção da CNIS



Comunicar é tornar comum

A partilha de informação remonta à origem latina de comunicar, que também apela à participação, sendo a comunicação um processo de tornar comum algo entre as pessoas, a troca de experiências e de informações, criando algo que todos possam partilhar. É também um vetor de união, de pertença de todos. Do latim “communicare”, a palavra comunicar acaba por traduzir-se no dividir alguma coisa com outrem.

Por esse significado, o Jornal Solidariedade é uma forma de “communicare”, um processo de chegar à nossa família institucional, a todos os que concorrem igualmente para o bem dos outros, que as Instituições de Solidariedade apoiam e cuidam.

Mas hoje os processos de comunicação tornaram-se muito rápidos, com ferramentas tecnológicas que permitem no momento estar a par de tudo ou quase tudo, em qualquer parte. E que trouxeram igualmente o aparecimento de novos riscos, como as falsas notícias, a calúnia fácil ou o aproveitamento abusivo de imagem. A comunicação é utilizada para difundir informação, mas também para dividir, criar conflitos, influenciar para o bem e para o mal.

Ultrapassou a tradução da liberdade de expressão, para se tornar uma arma de expressão. E tornou-se igualmente mais exigente, requerendo adaptações e múltiplas visões da realidade, de forma a ser mais bem entendida e compreendida essa mesma realidade.

Também a própria comunicação tem que ter suportes financeiros, que permitam a sustentabilidade, a independência de pensamento, no fundo, a liberdade de comunicar e de partilhar, mas olhando igualmente para a relação custo/benefício.

Torna-se, pois, necessário acompanhar o tempo, sem deixar que esse tempo se mantenha um tempo saudável e construtivo. Para tudo isto, é necessária mão e palavra humana, bens escassos nos dias de hoje, de que nos queixamos todos em todos os sectores, pese embora a disponibilidade crescente de conhecimento que urge cada vez mais partilhar em tempo.

É assim que a CNIS decidiu olhar a fundo os seus processos de comunicação e proceder à incorporação de um olhar crítico de melhoria positiva de acompanhamento e segurança dos seus diversos canais de expressão social e institucional.

Para tal, todos os contributos são bem-vindos, com uma mensagem especial de pedido de colaboração e de visibilidade da palavra feminina, aliás a maior participação de trabalhadores nas IPSS.

Estas incumbências dizem respeito a todos, para cumprir a motivação da esperança, promover o sentimento de pertença e aprofundar o conhecimento do que as Instituições Particulares de Solidariedade Social são e relevar os contributos de todos os que nelas participam.

Um processo que se quer participativo, livre, mas também cada vez mais responsável. Se comunicar é tornar comum, é partilhar, é levar a todos o que todos criam, e tornar mais visível e partilhável o conhecimento do Sector, então só há uma forma de unir e ver. Participar.



MORREU JOSÉ LEIRIÃO

Faleceu dirigente social solidário e cronista do jornal Solidariedade

Aos 80 anos de idade, o antigo dirigente da CNIS, da UDIPSS-Lisboa e do Centro Social Paroquial da Azambuja, José Custódio Leirião, morreu no passado dia 24 de Maio.

José Leirião foi desde sempre colaborador do Jornal Solidariedade, tendo publicado a primeira crónica na edição de Maio de 2004, sobre “A economia Social” e a última, com o título “A prenda de Natal” em Janeiro de 2021, altura em que já se encontrava bastante debilitado.

A CNIS e a UDIPSS-Lisboa, através do presidente da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, apresentaram as condolências à família.

José Leirião dedicou-se, sobretudo as últimas duas décadas, à causa social solidária. Foi membro dos órgãos sociais da CNIS no mandato entre 2015 e 2018, foi representante do Sector Social Solidário no Comité Económico e Social Europeu, foi presidente do Conselho Fiscal, desde 2010, da UDIPSS-Lisboa, foi presidente do Conselho Fiscal do Centro Social Paroquial de Azambuja, foi membro do Conselho Diretivo



Nacional da CNIS entre 2002 e 2005.

Nos últimos tempos desenvolvia atividade como consultor e formador em várias

entidades sociais e escrevia regularmente no jornal Solidariedade.

Obrigado José Leirião.

REUNIÃO AVALIOU ESTADO DA REFORMA EM CURSO

Conselho Nacional de Saúde Mental fez ponto de situação

O Conselho Nacional de Saúde Mental (CNSM) reuniu, no passado dia 4 de junho, no Auditório do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (INSA), em Lisboa, tendo a CNIS sido representada por José Carlos Batalha, presidente da Mesa da Assembleia Geral.

A reunião, que decorreu no dia em que o novo Governo foi conhecido, serviu, essencialmente, para fazer um ponto da situação do Plano Nacional de Saúde Mental, realizado pelo Professor Miguel Xavier.

Para começar e no sentido de implementar a reforma da Saúde Mental em Portugal, foram observadas 10 áreas, identificados os

problemas e avaliados os resultados.

No que respeita à articulação com o Sector Social, os principais problemas identificados foram o “protocolo financeiro datado”, o “modelo de financiamento” desadequado e ainda a falta de “articulação interinstitucional”.

Por outro lado, analisadas as 10 áreas observadas, foram identificadas algumas barreiras à implementação da reforma.

A nível interno, para além de um “sistema de informação deficiente”, observou-se alguma “inércia”, problemas na “aplicação da legislação” e ainda a “escassez de profissionais”.

Já a nível externo, as barreiras identificadas prendem-se com o “apoio político

sustentado”, os “fundos” e ainda a “gestão de interfaces”.

Quanto a desafios, no que diz mais diretamente respeito às IPSS, no que toca aos cuidados de longa duração (Long Term Care) são a “desinstitucionalização”, as “novas estruturas”, a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental (RNCCI SM) e o “Sector Social”, enquanto que, na área da infância e adolescência, os desafios são os “recursos humanos” e “o CRI em 2026”.

A reunião foi presidida por Joaquim Fidalgo de Freitas, presidente do Conselho Nacional de Saúde Mental.

CENTRO SOCIAL DA LOMBA, GONDOMAR

Quatro décadas a trabalhar em prol de uma população envelhecida

O Centro Social da Lomba celebrou no final do mês de maio 40 anos de serviço à população daquela freguesia do concelho de Gondomar.

Foi uma cerimónia singela que contou com as presenças da vereadora Cláudia Vieira, em representação da Câmara

Municipal de Gondomar, de Alfredo Cardoso, em representação da CNIS, de Fernando Duarte, pelo CLAS'G, de Joaquim Barbosa, presidente da Mesa da Assembleia Geral do Centro e demais membros dos Corpos Sociais, para além de utentes, trabalhadores e familiares dos utentes e muitos utentes, que quiseram associar-se à celebração.

A instituição, de momento, promove as respostas sociais ERPI, Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário, desenvolve trabalho de intervenção comunitária, através de um Gabinete de Apoio Psicossocial e realiza ainda ações de formação.

O trabalho social do Centro Social da Lomba implica um orçamento anual de cerca de um milhão de euros, para o qual as receitas fixas cobrem apenas 800 mil, segundo lembrou o presidente Joaquim Viana, sublinhando a importância do trabalho de angariação de fundos para que a instituição se mantenha sustentável.



ASSOCIAÇÃO NÓS, BARREIRO

V Jornadas Técnicas debateram o desafio do isolamento social

No passado mês de maio, a Associação NÓS promoveu as suas V Jornadas Técnicas, subordinadas ao tema «Desafios do Isolamento Social - Construindo a FelizCidade».

Na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, técnicos sociais, dirigentes de instituições, parceiros institucionais e membros da comunidade reuniram-se em torno de uma reflexão profunda sobre o isolamento social e os caminhos possíveis para o combater.

Fruto das intervenções dos oradores e da dinamização dos workshops, as V Jornadas Técnicas da NÓS permitiram discutir questões centrais na problemática do isolamento, tais como: O que é estar só? Quando é que a ausência de relação leva ao isolamento? Qual a importância dos vínculos físicos e emocionais nas diferentes fases da vida? Como se chega a uma situação de doença mental que tenha a solidão como sintoma? Que papel tem a comunidade e as instituições na prevenção?

Estas e outras questões estiveram a debate, num dia que contou ainda com a apresentação do Projeto «Abraça a Cidade», dinamizado pela Associação NÓS, através de um vídeo em que os beneficiários do projeto testemunharam na primeira pessoa.

A CNIS esteve representada pelo seu presidente da Mesa da Assembleia Geral, José Carlos Batalha, que defendeu uma maior valorização do papel das IPSS na elaboração das políticas públicas. “O Estado autárquico e as instituições estão mais próximos da realidade. Não podemos continuar com fatos de tamanho único, as respostas devem ser moldadas pelas necessidades reais das comunidades”, sublinhou o também presidente da UDIPSS Lisboa. Humberto Candeias, diretor-geral da Associação



NÓS, sustentou que “é sempre momento de intervir e de começar”, reforçando a importância de se acreditar na mudança e no papel ativo das organizações e dos seus profissionais.

Por seu turno, Janete Maximiano, psicóloga e psicomotricista do Hospital Professor Doutor Fernando Fonseca (HFF), deixou um apelo e reforçou a ideia de que o problema em debate é de toda a sociedade.

“Como técnicos somos treinados para cuidar do outro, mas devemos fazê-lo de forma genuína. Depois, o isolamento social é um problema de todos nós, cidadãos e profissionais, e a solução também começa em cada um de nós”. Já Henrique Joaquim, coordenador Nacional da «NOVA ENIPSSA 2025/2030», defendeu uma intervenção centrada na pessoa, promovendo a prevenção e a atenção precoce aos sinais de risco, enquanto Ricardo Valente Santos, psicólogo e gestor de projeto da «Plataforma Saúde em Diálogo», apontou a importância de criar pontes com a saúde e dotar as pessoas de ferramentas

e confiança para pedir ajuda, sublinhando ainda as dificuldades específicas de mobilidade e isolamento em comunidades rurais. Num outro plano, Mauro Oliveira, delegado de Saúde do Barreiro, identificou como grupos de maior risco as crianças, os idosos, as pessoas com doença mental grave e os imigrantes, “sobretudo aqueles que enfrentam barreiras linguísticas”. O clínico destacou ainda que a identificação precoce e o trabalho em rede com as entidades locais, as forças de segurança e as escolas são fundamentais para prevenir situações de exclusão. Gil Santos, psiquiatra da Unidade Local de Saúde do Arco Ribeirinho, argumentou pela desconstrução do paternalismo médico e pelo envolvimento ativo da pessoa no seu processo de recuperação, alertando ainda para um estigma: “Dizemos ‘pessoa esquizofrénica’, mas não dizemos ‘pessoa hipertensa’. A linguagem molda o olhar social sobre a saúde mental”.

As V Jornadas foram abertas pelo presidente da Câmara Municipal do Barreiro, Frederico Rosa, e encerradas pela coordenadora do Gabinete de Intervenção Social, Saúde e Habitação do município da Moita, Isabel Taveira, tendo contado ainda com as presenças de Maria Luísa Ferreira Malhó, diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Setúbal, e ainda do Cardeal D. Américo Aguiar, Bispo de Setúbal. No encerramento da iniciativa, Maria Luísa Malhó destacou o valor das relações humanas, sublinhando “o amor e o riso” como dos “maiores contributos nas relações interpessoais”.

“A melhor rede social ainda são as relações diretas entre todos nós”, enfatizou a diretora do CDSS Setúbal, no final das V Jornadas Técnicas da NÓS.

FUNDAÇÃO ANTÓNIO ALEIXO, LOULÉ

30 anos a promover a inclusão, a solidariedade e a comunidade

A Fundação António Aleixo, sedeadada em Loulé, celebrou, no passado mês de maio, o seu 30º aniversário, uma data assinalada por dois momentos especiais.

O primeiro foi a inauguração da exposição fotográfica itinerante «30 Anos a Inspirar Solidariedade», que percorrerá as 11 freguesias do concelho de Loulé, levando consigo a memória viva da Fundação, e, depois, a homenagem emocionada aos 44 fundadores que, em 1995, “ousaram sonhar e construir a casa que hoje continua a crescer com todos os que a habitam”, lê-se numa publicação nas redes sociais da instituição, rematada assim: “30 anos depois, continuamos a acreditar que a solidariedade se constrói com rostos, gestos e afetos”.

Criada a 25 de maio de 1995, “com o compromisso de contribuir para o desenvolvimento do concelho de Loulé”, a instituição desenvolve um conjunto de atividades, com destaque para os projetos de ação social destinados à infância, juventude e terceira idade, mas também iniciativas de carácter cultural, as atividades editoriais, formativas e de animação e a concessão de bolsas de estudo a estudantes economicamente carenciados.

Atualmente, a Fundação António Aleixo, desenvolve no seu Centro Comunitário António Aleixo, em Quarteira, diversas respostas sociais, a saber: Creche (104 utentes); Pré-escolar (22); Serviço de Apoio Domiciliário (36); Centro Comunitário (80); e Ajuda Alimentar a

Carenciados (224).

Na comemoração houve festa com a música do guitarrista Ricardo Martins, acompanhado pelo professor Ricardo Jorge, pela poesia de Fernando Pessoa, na voz de Clárisse Almeida, com o piano de Rafael Almeida, pela recitação de poemas de António Aleixo pelos jovens Margarida e Luís, e pela atual utente e ex-professora do convívio de adultos, Florentina.

A celebração, que contou com fundadores e seus familiares, beneméritos, centenários, curadores, entidades parceiras, órgãos sociais, colaboradores, ex-administradores e ex-funcionários, terminou com a dança vibrante do grupo Arabesque.

APOIO – ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, OEIRAS

Para serviços de excelência é necessário ter funcionários felizes

Nasceu no ano de 1988, em Algés, concelho de Oeiras, onde ainda hoje a Apoio - Associação de Solidariedade Social tem a sua sede.

“Foi em Algés que a Associação iniciou atividade, com um Centro de Convívio, mas que, após estabelecer acordos de cooperação com a Segurança Social, passou a ter um Centro de Dia e, depois, alguns serviços de apoio domiciliário”, recorda João Corage, presidente da Apoio, lembrando ainda que “o início teve várias peripécias” e que a instituição acabou por ficar cerca de seis, sete anos a funcionar na sede em Algés.

“Entretanto, a Câmara Municipal de Oeiras (CMO) construiu um equipamento no Bairro da Outurela, em Carnaxide, e convidou-nos a abrir um Centro de Dia, que é onde atualmente funciona a nossa Creche Ninho de Cegonha. Na altura era o conceito de Centro Comunitário, pois tinha um ATL e um Centro de Dia”, conta o líder da instituição.

Como, entretanto, houve uma alteração legislativa em relação aos CATL, a Apoio, fruto de uma candidatura ao PARES, transformou o CATL em creche, no ano de 2009.

Uns anos antes, a Associação concorreu ao programa televisivo «Querido a mudei a casa» e a sede de Algés foi alvo de obras. “Nessa altura, os idosos que frequentavam ali o Centro de Dia vieram para Carnaxide, porque já estávamos nestas instalações atuais desde 2008. Aqui também já estavam os idosos do Bairro da Outurela. Ou seja, o Centro de Dia ficou aqui todo concentrado”, explica João Corage, que revela a nova funcionalidade da sede em Algés: “Findas as obras na sede, constatámos que o espaço não tinha condições para receber um Centro de Dia e, então, criámos o conceito do Fórum-Apoio. É um espaço onde fazemos formações para trabalhadores e famílias dos utentes, diversas atividades culturais, como o Clube de Leitura ou as Tardes de Poesia, o Café Memória de Oeiras, em parceria com a Câmara, a Associação Alzheimer e o Rotary Club de Algés e ainda algumas conferências e sessões de esclarecimento, sendo que se mantém como sede”.

No sentido de rentabilizar ainda mais o espaço, a Apoio está a desenvolver um protocolo com a Associação Alegria de Viver, sediada em Belém, para ceder o espaço algumas tardes para um “projeto social conjunto para a terceira idade”.

Estando a sede em Algés, o ‘braço-armado’ da instituição está em Carnaxide, onde a CMO construiu um equipamento social, em 2007.

“Quando fomos convidados pela Câmara Municipal de Oeiras para ocuparmos este rés-do-chão, ficou logo estabelecido que a Residência Madre Maria Clara teria duas valências: a de Centro de Dia, gerida pela Apoio; e a unidade residencial sénior, para pessoas autónomas, gerida pela autarquia”, explica, lembrando o papel essencial que a instituição tem, nos dias que correm, no apoio aos residentes: “Quando o edifício foi posto



ao serviço da população, os idosos que para cá vieram eram todos autónomos. No entanto, com o decorrer dos anos, as pessoas foram perdendo capacidades e, hoje em dia, a unidade residencial, sendo gerida fisicamente pela Câmara, socialmente têm uma relação umbilical com a Apoio, porque há residentes que são nossos utentes de Centro de Dia e há outros que também são do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)”.

Atualmente, com uma equipa de 42 trabalhadores, a Apoio acolhe 50 idosos em Centro de Dia e serve 75 no SAD, para além das 15 pessoas que ajuda, através da Cantina Social, com 30 refeições/dia.

Para além destas respostas sociais, a instituição de Oeiras acolhe 74 crianças em Creche.

“A abertura à infância foi também um desafio que a autarquia nos lançou. A determinado momento, a Câmara necessitou de dar resposta a uma outra associação que havia aqui no Bairro da Outurela. Por várias razões, fomos convidados a fazer a gestão desse ATL e aceitámos o desafio. Entretanto, o ATL foi transformado em Creche”, conta João Corage.

Depois de algum entusiasmo inicial, por parte das instituições, as queixas e críticas generalizaram-se em relação à Creche Feliz, programa de gratuidade da resposta social.

João Corage encontra duas razões, uma positiva e outra menos positiva, de avaliação do programa do Estado.

“A positiva é que estamos inseridos num bairro social, em que o valor per capita dos rendimentos das famílias é muito baixo e o facto de passar a ser paga a 100% pelo Estado, permitiu-nos ganhar algum conforto financeiro e equilíbrio sustentável”,



afirma, acrescentando: “Antes, nem sempre tínhamos a lotação a 100% e as famílias, que usufruíam dos nossos serviços e tinham que os pagar, não tinham condições e os incumprimentos eram muitos, pelo que vivíamos sempre numa situação de incerteza financeira. Com a Creche Feliz ganhámos, não digo sustentabilidade financeira, mas segurança financeira e isso é positivo”.

Mas como as moedas têm duas faces... “O que é menos positivo é que, cada vez mais, as exigências legais são maiores e com o valor que o Estado atribui dificilmente conseguimos ter um equilíbrio financeiro. A despesa é fixa, mas não podemos gerir pelos custos, porque 70% são custos com o pessoal e o restante é com a alimentação”, argumenta, resumindo: “Há uma estabilidade na receita, mas a receita é sempre inferior às necessidades”.

E se este é um problema, para João Corage há “um outro condicionamento na área educativa, que é a capacidade de as IPSS atraírem profissionais para trabalhar em creche, principalmente educadores de infância, mas também auxiliares de educação”.

Mas o dirigente encontra algumas razões para o que chama “défice no mercado de profissionais de educação”, como “alguma concorrência desleal, face às tabelas remuneratórias do Sector Social e do Sector Público”.

Rui Eloy, diretor executivo da Apoio, considera que, para além destas questões, a situação poderia ser pior, em termos de sustentabilidade da Creche.

“É certo que a creche tinha mensalidades muito baixas, mas há uma questão muito importante, que foi, em duas fases, termos aumentado a capacidade da creche. Começámos com 58 crianças e agora temos 74, um alargamento que conseguimos por via de alterações legislativas. Não fosse isso, mesmo com a Creche Feliz estávamos, seguramente, com mais problemas”, afirma.

Apesar dos obstáculos à contratação de pessoal para a creche, que a Apoio não sente tanto na área social dos idosos, João Corage considera que, “neste momento, as IPSS atravessam um problema, que é transversal ao país, mas que, não sendo público, mas um sector que depende muito do Estado, e que são as remunerações”, sublinhando que “os profissionais do Terceiro Sector são muito mal pagos”.

“Na última Assembleia Geral da CNIS falei isso e recordei que nós, enquanto entidades que precisamos de pessoas para trabalhar e que são entidades patronais, sentimos no dia a dia que o nosso trabalho social não chega a ser efetivo com os nossos trabalhadores. E não porque não queiramos dar-lhes condições, mas porque não temos capacidade para dar essas condições”, recorda e alerta: “Estamos, muitas vezes, a trabalhar com pessoas com muitas dificuldades, mas depois, muitas vezes, também não conseguimos tirar os nossos trabalhadores de patamares de dificuldades. Isso é um grande desafio para os próximos governos, isto é, na área social, só com funcionários felizes podemos ter serviços de excelência para quem precisa. O princípio da solidariedade é este, não podemos querer fazer o bem quando as instituições não têm capacidade e sustentabilidade financeira de tornar os funcionários felizes”.

Com os utentes idosos, à semelhança das famílias das crianças em creche, também os rendimentos são baixos, ainda assim a “a situação financeira da Apoio é estável e equilibrada”, refere João Corage, acrescentando que isto é conseguido no conjunto da instituição: “É a articulação entre as valências que temos, ou seja, o Centro de Dia, o SAD e a Creche e ainda a Cantina Social, juntamente com projetos com a Câmara, que tem sido um parceiro essencial, não só na ajuda no desenvolvimento dos nossos projetos sociais, como ainda na comparticipação financeira desses projetos sociais. E ainda com a capacidade que temos de trabalhar com as empresas do concelho, com a rede social, com os mecenas, conseguimos manter um equilíbrio financeiro saudável e conseguimos desenvolver o nosso trabalho de forma sustentável”.

Com a perspetiva de alargamento de duas das respostas, fruto da luz verde dada pela Segurança Social para aumentar a capacidade de Centro de Dia de 50 para 80 e de SAD de 75 para 100, com o concurso lançado para a aquisição de duas viaturas elétricas no âmbito do PRR e ainda com a instalação de painéis fotovoltaicos e um posto de carregamento para veículos, ainda assim, de momento, o projeto que está no terreno é o 3Mais.



“Neste momento, o grande desafio para 2025 é um projeto que já começou em 2024 e que está efetivamente a ser desenvolvido agora. Chama-se 3Mais e é dedicado aos cuidadores informais de idosos. 3Mais porque queremos dar mais tempo para si aos cuidadores informais, mais segurança às pessoas cuidadas na ausência dos seus cuidadores informais e mais informação e formação para as famílias e para os cuidadores informais”, apresenta, explicando: “Estes três conceitos casam-se pela necessidade, cada vez maior, de respondermos a uma população mais idosa. As nossas equipas sociais deparam-se cada vez mais com situações de idosos que cuidam idosos. Então, o nosso projeto permite ao cuidador colocar a sua pessoa cuidada no nosso Centro de Dia, durante o dia inteiro, para poder ir ao médico, ao cinema, estar com os netos, etc., e

ter a garantia que a pessoa cuidada está em segurança”.

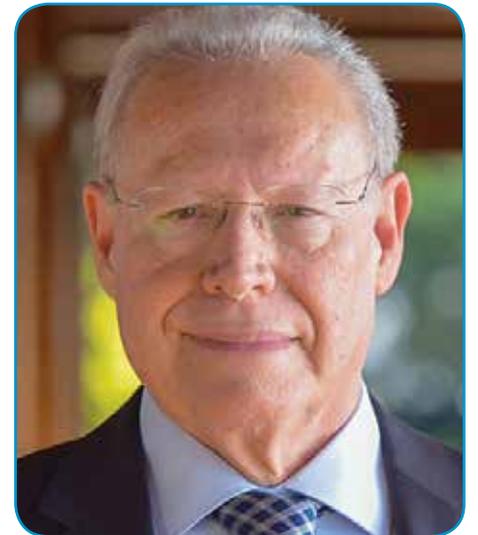
A instituição pretende estender esta resposta a cuidadores de pessoas acamadas.

“Esta é a primeira fase, porque numa segunda fase será para cuidadores que têm pessoas cuidadas acamadas, em que nós iremos a casa e estaremos lá o tempo necessário para o cuidador tratar do que tem a tratar”, explica o presidente da Apoio.

Como seria Carnaxide e Algés sem a Apoio?

“Menos Feliz. Ao longo dos anos, e isso vê-se, tanto na creche, como na área social, temos muito bom feedback das famílias. No fundo, o nosso objetivo é fazer as pessoas felizes e conseguimos-lo pelas pessoas que trabalham na casa, desde a Direção à equipa de funcionários”, remata João Corage.

Prof. Manuel Oliveira Carrageta
Presidente da FPC



Mês de Maio, Mês do Coração de 2025

As doenças cardiovasculares são a principal causa de doença, morte e custos em saúde da população portuguesa, apesar dos enormes progressos diagnósticos e terapêuticos que têm ocorrido nas últimas décadas. A prevenção destas doenças deve assentar num estilo de vida saudável, o que inclui uma alimentação adequada (dieta mediterrânica), atividade física regular e uma vida sem tabaco, o que por si só permite evitar a grande maioria de eventos cardiovasculares, como o enfarte do miocárdio, o acidente vascular cerebral (AVC) e a morte súbita.

No nosso país as doenças cardiovasculares são responsáveis por cerca de um terço da mortalidade total. Saliente-se que morrem, em média, cerca de 80 pessoas por dia, devido a patologia cardiovascular. Só o enfarte do miocárdio mata, em média, mais de 12 pessoas por dia. Cerca de 8 em cada 10 óbitos de causa cardiovascular, que ocorrem precocemente (antes dos 70 anos), podem ser evitados.

O objetivo da Campanha “Maio, mês do Coração”, que decorreu durante o passado mês de Maio, foi dar a conhecer melhor o estado atual das doenças cardiovasculares em Portugal e que ter saúde e prevenir as doenças cardiovasculares depende mais do estilo de vida que dos cuidados médicos, por melhores e mais especializados que estes sejam.

Também a Organização Mundial de Saúde considera que a forma mais eficaz de evitar as doenças cardiovasculares é através da adoção de um estilo de vida saudável, que compreenda uma alimentação saudável, atividade física diária e não fumar. Ao mesmo tempo devem ser desenvolvidos programas de deteção quer individuais quer comunitários e, se necessário, de tratamento da hipertensão, do colesterol elevado e da diabetes, os principais fatores de risco das doenças cardiovasculares. A saúde está em grande medida nas mãos de cada um.

A Fundação Portuguesa de Cardiologia - FPC

recomenda a dieta mediterrânica, o regime alimentar que está demonstrado ser o mais saudável e benéfico para um envelhecimento saudável. É variada, agradável, rica em vegetais, legumes e fruta, utilizando o azeite como gordura principal. Por outro lado, deve-se reduzir o consumo de alimentos com muita gordura animal, demasiado sal ou açúcar.

A atividade física é uma das chaves indispensáveis para se ser saudável e evitar as doenças cardiovasculares. A FPC recomenda, como mínimo, andar diariamente a pé 20 a 30 minutos. A marcha é gratuita, ecológica e acessível praticamente a todas as pessoas.

Estudos recentes mostram que a exposição a espaços verdes, especialmente arvoredo, são benéficos para a saúde em geral e em particular para a saúde cardiovascular. Os benefícios resultam de vários mecanismos, nomeadamente, pela melhoria do ar respirado, com produção de oxigénio e remoção dos poluentes atmosféricos, da atenuação dos ruídos, da mitigação das alterações da temperatura ambiente e a emissão de aminas biogénicas, que

têm efeitos anti-inflamatório, antimicrobiano e anti-tumoral. Estas aminas biogénicas são produzidas pelas plantas, para se defenderem do stress climático, mas têm também efeito benéfico nas plantas e nos animais envolventes. É há muito conhecido que a exposição aos espaços verdes melhora a saúde mental com redução do risco de depressão e ansiedade e encorajamento da prática de atividade física, com os benefícios associados. Os jardins comunitários proporcionam oportunidades para o envolvimento com os outros, melhorando a coesão social e reduzindo a solidão. Por último, a exposição aos microrganismos do nosso meio natural promove uma melhoria da imunidade que pode ser também benéfica para o aparelho cardiovascular.

Face a estes benefícios, a Fundação defende que os poderes autárquicos devem intensificar uma política de aumento das áreas verdes nos nossos espaços urbanos, numa verdadeira prática de medicina preventiva, tanto mais que a população se continua a concentrar cada vez mais nas cidades. Em conclusão, sabemos hoje que a exposição a espaços verdes, particularmente ricos em arvoredo, se associa a um risco mais baixo de desenvolver doenças cardiovasculares e acidentes vasculares cerebrais - AVCs.

À luz dos conhecimentos científicos atuais deve ser cada vez mais fácil persuadir os Governos e a comunidade em geral para a importância da prevenção cardiovascular. Gastar dinheiro em prevenção deve ser percebido não como uma despesa, mas antes como um investimento altamente rentável.

A partir do Mês de Maio – Mês do Coração, a Fundação Portuguesa de Cardiologia lembra e recomenda a todos os cidadãos a adoção de um estilo de vida saudável e o controlo dos fatores de risco, que deve também incluir a exposição regular à mãe natureza.

“Faz-te à vida”, evita as doenças do coração, foi o slogan lançado.



CENTRO PAROQUIAL E SOCIAL DE LANHESES (VIANA DO CASTELO)

Elisa é o primeiro assistente virtual totalmente dedicado às IPSS

Elisa é o nome da assistente virtual desenvolvida para prestar apoio às organizações do Terceiro Sector, um projeto que tem na base uma parceria entre o Centro Paroquial e Social de Lanheses, a Microsoft Portugal, a Visual Thinking e ainda a Diocese de Viana do Castelo.

Alinhado com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a Elisa tem como objetivo primeiro transformar o modo como as IPSS operam, proporcionando-lhes uma ferramenta eficiente e acessível, visando melhorar e agilizar a gestão para, assim, poder promover uma maior qualidade do serviço prestado aos utentes.

“A Elisa é um projeto muito interessante... Aliás, hoje já não é um projeto, é uma certeza, porque já estamos a utilizá-la e vamos agora disponibilizá-la a um conjunto de IPSS”, começa por dizer Vasco Araújo, diretor executivo do Centro Paroquial e Social de Lanheses (CPS Lanheses), revelando: “E surgiu de uma inquietação e de percebermos que poderíamos tirar partido de tecnologias emergentes, nomeadamente da Inteligência Artificial, como tiram outras organizações”.

Esta inquietação e a inexistência de, entre tantos que já existem em Portugal, um assistente virtual eu desse resposta ao Sector Social Solidário foram o clique para a instituição de Viana do Castelo lançar o desafio.

“Já temos em Portugal vários assistentes virtuais, como a Elisa, dedicados a um conjunto de áreas específicas. Recentemente, o Diário da República disponibilizou um assistente virtual, a Lia, tal como a Ordem dos Psicólogos... E há vários assistentes virtuais, mas para este tipo de organização do Terceiro Sector não havia nada a nível nacional”, contextualiza: “Então, contactámos a Microsoft Portugal, até porque a empresa tem um programa de filantropia que já apoia muitas IPSS, e perguntámos-lhe se seria possível, juntando esforços, criar um assistente virtual para o nosso sector”.

E, até com alguma surpresa, a proposta foi muito bem acolhida.

“A Microsoft, nomeadamente o Manuel Dias, que é o diretor nacional de tecnologias da Microsoft Portugal, teve um papel preponderante, acreditando no projeto desde a primeira hora. A partir daí, desenvolvemos alguns esforços e, conjuntamente com a Microsoft e algum apoio financeiro da Diocese de Viana do Castelo e ainda com a Visual Thinking, uma empresa dedicada a este tipo de funções, desenvolvemos toda a estrutura da assistente virtual”.

O nome Elisa foi o eleito pelo cunho diocesano que a instituição de Lanheses tem, pois Elisa “vem do hebraico e significa, entre outras coisas, ‘Deus é abundância’, pelo que achámos simpático adotar este nome”, explica Vasco Araújo.

Em termos práticos, a Elisa é uma assistente virtual que responde a um conjunto, cada vez



maior, de questões relacionadas com o dia-a-dia das IPSS.

“Esta assistente virtual foi concebida para responder a necessidades legais e orientadoras, abrangentes, específicas e atualizadas, oferecendo suporte às diversas respostas sociais das instituições, desde Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) e centros de dia, de serviços de apoio domiciliário e creches e jardins-de-infância”, sustenta o diretor executivo do Centro Paroquial e Social de Lanheses, sublinhando uma característica que distingue a Elisa de muitos assistentes virtuais presente no mundo digital.

“Em primeiro lugar, a Elisa é um assistente virtual que não inventa, não é um Chat GPT, pois funciona de uma forma diferente e apenas com a sua base de dados. A Elisa tem uma base de dados que foi desenvolvida e só trabalha segundo esses dados”, explica, acrescentando: “E esta base de dados agrupa tudo aquilo que intermedeia ou possa intermediar as diferentes respostas sociais, a materialização da organização, a legislação subjacente, por exemplo, da ACT ou da Segurança Social, obviamente! Isto é, tudo o que possa, de alguma forma, interferir com a dinâmica quotidiana da organização, como toda a legislação de suporte, está a ser colocado na base de dados”.

Assim, a Elisa tem uma base de dados dinâmica e em constante atualização.

“Neste momento, estamos a tentar desenvolver um automatismo que permita a atualização da legislação de forma autónoma. Para além desta componente, tem uma outra que tem que ver com uma base de conhecimento, bastante substantiva, que ocupa muitas áreas do conhecimento, desde a gestão à economia, dos cuidados aos utentes à sustentabilidade e à animação cultural”, destaca, acrescentando: “Tem uma panóplia muito significativa de áreas com base em artigos científicos produzidos em Portugal, de domínio público”.

Vasco Araújo não tem dúvida: “Estamos continuamente a acrescentar conhecimento à base de dados da Elisa, pelo que ela amanhã será ainda melhor do que é hoje”.

Por outro lado, para o responsável, há um detalhe na Elisa que bastante relevante.

“A Elisa referencia toda a informação que

debita e fá-lo de forma inteligente, porque não se limita a colocar a informação, ela interpreta-a. Por outro lado, e isto é inovador, se solicitar uma qualquer minuta, a Elisa dá-ma. Estamos em constante evolução, mas ela é capaz de me oferecer uma minuta, por exemplo, de um regulamento interno de ERPI, em formato Word”, revela.

De forma concreta, se se colocar à Elisa a situação de um conflito laboral entre dois colegas de trabalho e lhe solicitar uma estratégia para o resolver: “Ela vai identificar estratégias, com base no conhecimento que tem, para depois se poder tomar opção. A Elisa, para além de responder a um conjunto muito vasto de questões de âmbito legal, também capacita quotidianamente. A ideia não é que ela seja apenas uma ferramenta que está ali para uma interação simples de pergunta-resposta, mas que possa funcionar como uma ferramenta capaz de capacitar. Seja sobre que matéria for, ela tem uma resposta para dar, de acordo com a sua base de conhecimento, ela não inventa! Isto é importante, porque lhe confere fiabilidade e confiança”.

Após três meses de construção e um mês de funcionamento, a perspetiva futura da instituição de Lanheses, tal como da Microsoft Portugal, é que a Elisa possa ser estendida a nível nacional, estando já a ser dados passos nesse sentido.

“Para já, estamos a trabalhar numa lógica muito local, mas a intenção, desde o início, é desenvolver a Elisa enquanto projeto-piloto e estendê-la a Portugal. Obviamente, vamos ter de fazer a divulgação do projeto e deste trabalho, algo que vai acontecer naturalmente”, acredita Vasco Araújo, informando que qualquer IPSS interessada em utilizar a Elisa pode contactar a instituição de Lanheses.

“Atualmente, estamos a avaliar o sistema de custos da Elisa, mas é possível, embora não seja uma certeza, é possível que a Elisa possa ser gratuita, pelo menos até ao final do ano de 2025. Mas mesmo que venha a ser custeada, será um valor residual para o período total. Poderemos estar a falar de qualquer coisa como 20 euros/ano”, afirma o diretor executivo, alertando: “Não podemos esquecer que a Elisa tem um conjunto de custos associados, cada questão que se coloca tem um custo”.

Sem revelar valores, Vasco Araújo revela que o investimento é “significativo”, mas, “para além do investimento financeiro, que não foi nada que a instituição não pudesse fazer, o projeto beneficiou muito da boa vontade da Microsoft Portugal e da Visual Thinking”. “Não fossem estas duas entidades, não teríamos tido capacidade, mas foi um investimento estratégico da nossa parte”, sublinha, destacando: “A ajuda da Elisa é, sobretudo, agilizar processos, oferecendo mais tempo aos técnicos para estar com os utentes”.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

Esperança de vida à nascença estimada em 81,5 anos

A esperança de vida à nascença da população portuguesa foi estimada em 81,49 anos, em 2022-2024, aumentando 3,8 meses face ao triénio anterior, revelou o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Estes números ultrapassam pela primeira vez, desde a pandemia de covid-19, o valor de 2018-2020 (81,22 anos), segundo a mesma fonte.

O aumento foi de 4,3 meses para os homens e de 3,5 meses para as mulheres.

A esperança de vida à nascença foi, assim, calculada em 78,73 anos para os homens e 83,96 anos para as mulheres. “No espaço de uma década, verificou-se um aumento de 1,17 anos na esperança de vida à nascença para o total da população, sendo de 1,49 anos para os homens e de 0,84 anos para as mulheres”, destacou o INE.

O aumento, segundo a mesma fonte, resultou sobretudo da redução na mortalidade em idades iguais ou superiores a 60 anos.

“A contribuição das idades mais idosas foi mais significativa para as mulheres do que para os homens”, de acordo com a análise apresentada.

A esperança de vida aos 65 anos, no período 2022-2024, foi estimada em 20,02 anos para o total da população.

Aos 65 anos, os homens podiam esperar viver 18,30 anos e as mulheres 21,35 anos, o que



corresponde a um aumento de 0,30 anos para os homens e de 0,24 anos para as mulheres relativamente a 2021-2023.

Nos últimos dez anos, a esperança de vida aos 65 anos aumentou 11,5 meses para os homens e 8,5 meses para as mulheres.

APOSTA CONTÍNUA EM FERRAMENTAS INOVADORAS, PARA O SETOR SOCIAL, que asseguram uma gestão global, integrada e sempre em linha com as exigências legais/fiscais.



eSOCIAL

2025

PLANO DE FORMAÇÃO





Formação útil e diferenciada para profissionais. Adaptada às exigências atuais.

ÁREAS DE FORMAÇÃO

- Desenvolvimento Pessoal
- Formação de Educadores de Infância
- Contabilidade e Fiscalidade
- Gestão e Administração
- Informática na Ótica do Utilizador
- Enfermagem
- Serviços de Apoio a Crianças e Jovens
- Trabalho Social e Orientação
- Desporto



salba mais em trainingcentre.f3m.pt





MTSSS SEM NOVIDADES

Ficou tudo na mesma no Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

No rescaldo do ato eleitoral que deu a vitória à Aliança Democrática (Coligação PSD/CDS-PP), que obteve 31,78% dos votos e 91 deputados, Luís Montenegro apresentou o XXV Governo Constitucional e tudo ficou pronto para um novo ciclo político em que a liderança da oposição está nas mãos do Chega que, apesar de ter ficado atrás do PS em número de votos, tem 60 deputados, mais 2 que o partido socialista.

O chefe do novo governo manteve a estrutura do anterior executivo com poucas escolhas diferentes das que tinha feito o ano passado para a governação do país. No caso do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social não houve quaisquer alterações. Em fevereiro passado o Secretário de Estado Jorge Campino tinha sido exonerado, deixando a Secretaria de Estado da Segurança Social a Filipa Lima, doutorada em Economia e professora auxiliar convidada da NOVA Information Management School.

Maria do Rosário Palma Ramalho foi reconduzida enquanto ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Tem 64 anos, é professora catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, especialista em direito do trabalho e direito civil. Foi Presidente da Associação de Direito do Trabalho e, em 2013, durante o governo liderado por Passos Coelho, coordenou a equipa esteve na origem da redação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Lino Maia, o presidente da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, Lino Maia, reconheceu na altura da apresentação do XXIV governo ter sido surpreendido pela opção de Luís Montenegro: “Sim, foi uma surpresa. Falava-se noutros nomes. Devo dizer que não conheço a ministra Maria do Rosário Palma Ramalho, muito embora tenha boas referências dela, mais na área do Trabalho.”

Curiosamente nem todos afinaram pelo mesmo diapasão e houve sectores social-democratas que expuseram publicamente as dúvidas, como foi o caso do comentador da CNN Pacheco Pereira que considerou a nova ministra politicamente “muito à direita”, inclinada a “medir as políticas pelos resultados mais do que pelos princípios”, sendo caracterizada como “tendencialmente autoritária”.

Maria do Rosário Palma Ramalho, independente, sem filiação partidária, assumiu críticas aos governos de António Costa, designadamente no Código do Trabalho, defendendo maior flexibilidade em matéria de contratação e nos desafios da economia digital, nas novas formas de trabalho com as plataformas e o teletrabalho.

Foi, no entanto, na Segurança Social em que a abertura de um debate a propósito



do regime contributivo, designadamente a reboque da proposta da Comissão para a Sustentabilidade da Segurança Social, criou mais celeuma.

E a escolha de Filipa Lima acalentou as desconfianças. A nova secretária de Estado da Segurança Social, Filipa Lima, é autora de um estudo em que é defendida a necessidade de “diversificar as fontes de provisão de pensões para que os fundos de pensões privados desempenhem um papel mais importante”, segundo noticiou a revista Sábado. A ex-diretora-adjunta dos Sistemas e Tecnologias de Informação do Banco de Portugal escreve que “as sociedades de seguros e fundos de pensões manterão um papel central para os ativos que detêm e gerem, o que as torna atores importantes como investidores institucionais nos mercados financeiros”.

Completam o novo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social dois secretários de Estado: Clara Marques Mendes na Ação Social e Inclusão; e Adriano Rafael Moreira no Trabalho.

Clara Marques Mendes, mantém-se no governo, com as mesmas competências. Foi deputada social-democrata desde 2011, eleita pelo círculo de Braga. Licenciada em direito e jurista, Clara Marques Mendes destacou-se pelos desempenhos ativos e reconhecidos nas comissões parlamentares do Trabalho e da Segurança Social nas últimas legislaturas. É irmã de Luís Marques Mendes, candidato à Presidência da República.

Adriano Rafael Moreira, com 60 anos

sucede a si mesmo como secretário de Estado do Trabalho. Advogado, antigo administrador da Infraestruturas de Portugal, Estradas de Portugal, Rede Ferroviária Nacional e Caminhos de Ferro Portugueses é licenciado em Direito pela Universidade Católica.

O Compromisso de Cooperação entre o Estado Português e as Entidades Representativas do Sector Social e Solidário (ERSSS) para o biénio 2025-2026 foi assinado em março já Luís Montenegro sabia que o governo tinha sido chumbado no Parlamento. Nessa altura considerou que o acordo alcançado com as ERSSS “é um autêntico anteprojecto de uma Lei de Financiamento do Sector Social”, com que o Governo já se tinha comprometido antes da rejeição da moção de confiança que ditou a sua demissão e a convocação de eleições antecipadas. Luís Montenegro, prometeu que o governo de então deixaria pronta uma lei de financiamento do Sector Social Solidário para lhe dar previsibilidade e estabilidade, com vista a ser sustentável. “O nosso compromisso é, e vamos deixar isso prontinho para o Governo que vier a seguir, seja qual for, assinar uma lei de financiamento das instituições sociais que dê previsibilidade, como dá o das autarquias locais”, tendo acrescentado que o financiamento será estabelecido “de acordo com as respostas de cada instituição”, sabendo-se assim “a quanto têm direito”.

Ora, é tempo de cumprir as promessas...

DIRIGENTE ALFREDO CARDOSO E O ACORDO JÁ FIRMADO COM A FNE

CNIS interessada na negociação com

A CNIS chegou a acordo, no passado dia 21 de maio, com a FNE/FSUGT (Federação Nacional da Educação/Frente Sindical da União Geral dos Trabalhadores) quanto à revisão para 2025 do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), publicado no BTE n.º 47, de 22 de dezembro de 2022.

E apesar de o acordo ter sido alcançado apenas com uma das três plataformas sindicais que se sentam à mesa das negociações, “a CNIS continua interessada na negociação da Contratação Coletiva, porque há uma tentativa para que não haja CCT”, começa por dizer, ao SOLIDARIEDADE, Alfredo Cardoso, um dos membros da Direção da Confederação que integra a equipa negocial.

“A CNIS está interessada na negociação com todas as plataformas sindicais”, reforça, Alfredo Cardoso, que acrescenta: “A CNIS já fechou o CCT e as tabelas salariais para o ano de 2025 com a FNE, mas mantém em aberto as negociações com a FEPCES (Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio e Serviços) e com a FNSTFPS (Frente Nacional de Sindicatos de Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais), em regime dinâmico para que estas plataformas sindicais também possam vir a assinar o acordo”.

Na prática, o acordo alcançado entre a CNIS e a FNE, traduz-se num aumento salarial de 50 euros para todas as categorias, “o que esbate a diferenciação do salário mínimo.

Se, por um lado, “o salário mínimo teve um aumento de 6,1%”, por outro, “as medidas propostas pelo Governo apontavam para muito menos do que esta situação”, pelo que, para Alfredo Cardoso, “o aspeto significativo é que os 50 euros não deixam cavar o fosso, isto é, são 50 euros, no mínimo, para todos”.

A percentagem de atualização das remunerações varia entre 5,7% e 6,1%, no que se refere aos níveis 9 a 18 da Tabela A, “representando um aumento de 50 euros em cada um dos níveis e mantendo a diferenciação do acordo de revisão do CCT para 2024”, explica.

Um outro aspeto do acordo que o dirigente da CNIS destaca é o aumento de um euro/dia do subsídio de alimentação, “o que significa um aumento, de pelo menos, 21 euros por mês”.

Com o aumento acordado, o subsídio de alimentação passa de quatro para cinco euros, “o que já traduz um esforço grande por parte das instituições”, sublinha Alfredo Cardoso, que recorda, em jeito de homenagem, o recém-falecido Papa Francisco.

“Não posso deixar de referir que o Papa Francisco tinha reservado como intenção para o mês de maio que, através do trabalho, se realize toda a pessoa, sejam sustentadas as famílias com dignidade e se humanize a sociedade”.

Por outro lado, “percebendo que os trabalhadores das instituições são parte da solução e não do problema, a CNIS comprometeu-se com todas as plataformas a negociar com a Segurança Social, que as funções de ajudante de ação direta sejam consideradas de desgaste rápido”.

Para Alfredo Cardoso, que integra a equipa negocial da CNIS juntamente com a dirigente Maria José Miranda e o assessor jurídico Henrique Rodrigues,



“este aspeto é muito importante” e reforça: “Não esperamos apenas pelas reivindicações dos sindicatos, a CNIS também se preocupa com os trabalhadores e, por isso, vamos colocar em ata que nos comprometemos a discutir com a Segurança Social que a função de ajudante de ação direta seja considerada de desgaste rápido”.

Apesar de nem sempre ser possível chegar a acordos com todas as frentes sindicais, a postura da CNIS tem sido sempre de total abertura à negociação, defendendo e apostando, na prática, na Contratação Coletiva.

“A importância do acordo com as plataformas é o envolvimento das partes, porque quando a CNIS defende a negociação como forma de envolver todas as partes, está a fazer aquilo que não querem que faça”, afirma Alfredo Cardoso, frisando: “Se o Governo faz um acordo de negociação e estabelece o salário mínimo nacional, que margem resta à CNIS para negociar o Protocolo de Cooperação? Muito pouco... E, quando defendemos a negociação e o envolvimento das partes, isso entronca naquilo que nós queremos, ou seja, que os sindicatos e os seus representantes sejam parte da solução e não parte do problema.

Sendo que as instituições estão a gastar cerca de 70% do valor da cooperação com salários, restando apenas 30% para a despesa primária”.

Sabendo-se que o Sector Social Solidário emprega mais de 200 mil trabalhadores, qual a importância da Contratação Coletiva para as IPSS?

“A Contratação Coletiva é decisiva para o envolvimento das partes, portanto, à CNIS não satisfaz chegar a acordo com uma plataforma sindical e não envolver também as outras duas. Até para que todos os trabalhadores sindicalizados se sintam representados neste esforço coletivo de melhorar as condições de vida dos trabalhadores e, repito, fazer deles a solução e nunca o problema”.

Para o dirigente da CNIS, “há diversos níveis nas plataformas que vêm negociar com a CNIS” e explica: “Há a FEPCES, a frente sindical que tem mais sindicatos agregados, ao nível da FNE, se quisermos, e depois há a frente da Função Pública, que é algo que pode parecer paradoxal. Esta plataforma sindical defende que seja apenas o Estado a tratar esta negociação, mas, depois, também tem trabalhadores sindicalizados de IPSS, que não são trabalhadores do Estado, nem de entidades privadas lucrativas, mas

todas as plataformas sindicais

sim instituições privadas não lucrativas. E isto faz toda a diferença, porque quando uma frente sindical só discute, praticamente, a situação dos trabalhadores da Função Pública, como se viu na manifestação dos trabalhadores em funções públicas, num sector que não é público, nem privado lucrativo, naturalmente é preciso haver uma grande flexibilidade mental para esta negociação do CCT com os diversos atores, que a CNIS estima e respeita e quer continuar a manter”.

Aliás, Alfredo Cardoso revela mesmo que “há outras frentes sindicais que querem vir à negociação, sinal de que reconhecem na CNIS um interlocutor digno para a negociação, reforçando que a CNIS não se coloca nesta tentativa de desregulação das condições de trabalho”.

Apesar das manifestações de protesto das duas frentes sindicais que ainda não chegaram a acordo com a CNIS, “as negociações estão em curso e com boas perspectivas”.

“Após a última reunião com a FEPCES, já no início de junho, ficámos de remeter às outras frentes sindicais alguns compromissos assumidos em ata, que não desvirtuam o que está acordado com a FNE, mas vão no sentido de envolver as outras frentes sindicais”, argumenta o dirigente.

Na reação ao acordo com a CNIS, a FNE referiu que “os objetivos alcançados neste difícil acordo abrem perspectivas positivas aos trabalhadores”, deixando dois alertas.

Um dirigido ao Estado, “que não tem feito tudo o que está ao seu alcance para valorizar e dignificar o trabalho desenvolvido no sector” e um outro às próprias IPSS, “às quais se exige fazer caminho, para se tornarem unidades económicas com uma gestão mais profissionalizada e mais eficiente”.

“Não nos reconhecemos nesta crítica da FNE aos dirigentes das instituições”, sustenta Alfredo Cardoso, acrescentando: “Pelo contrário, os nossos dirigentes são todos de uma grande dignidade e já demonstrámos, tanto à FNE como à Função Pública, que não permitimos que eles sejam beliscados na sua competência técnica e de gestão. Provavelmente, é mais difícil hoje encontrar um dirigente associativo para uma instituição de solidariedade do que para

uma instituição sindical. Já dissemos isto às duas plataformas sindicais”.

O representante da CNIS vai mais longe e assevera: “Não nos revemos no comentário da profissionalização, porque, efetivamente, os dirigentes das instituições fazem a gestão mais difícil do mundo, que é gerir, muitas vezes com criatividade, aquilo que não têm para satisfazer as partes”.

A CNIS tem apostado, ao longo dos anos, na Contratação Coletiva. Tem sido essa aposta que tem promovido, de certa forma, a paz social que vive no Sector Social Solidário?

“A aposta na Contratação Coletiva é o principal instrumento para, realmente, encontrar o equilíbrio, do que chamou paz social, e bem, entre entidades empregadoras e trabalhadores. De facto, os trabalhadores manifestam-se, são diferentes as frentes sindicais e já este ano tivemos manifestações de protesto da FEPCES e da Função Pública. Portanto, estamos disponíveis para perceber a situação dos trabalhadores, mas a CNIS não pode dar aquilo que não tem. Faz um esforço grande junto das suas associadas, até para aplicar a Doutrina Social da Igreja e as boas práticas sociais, pelo que a Contratação Coletiva se afigura como o grande e principal instrumento para encontrar esta paz que se vive no Sector”.

E, para Alfredo Cardoso, a aposta da CNIS na Contratação Coletiva parece ir em sentido contrário a algumas tendências atuais.

“Efetivamente, enquanto em Portugal e na União Europeia se assiste à tendência de regular a banalização (os exemplos chegam a ser caricatos!) em relação ao trabalho e à sua valorização, assiste-se à desregulamentação e, por isso, a nossa aposta na negociação com os parceiros, valorizando o trabalho e os trabalhadores”, argumenta.

A CNIS sempre deu indicações às suas associadas para estenderem os aspetos do acordo a todos os trabalhadores, não esperando pela publicação das portarias de extensão, que alargam o acordo a todos os trabalhadores, sindicalizados ou não.

Este é também um sinal da aposta no envolvimento de todas as partes?

“É evidente e é um sinal forte que a CNIS dá

quando diz às suas associadas para que, logo que seja acordado o salário mínimo nacional, o mesmo deve ser aplicado e, na medida do possível, devem começar a ser previstas as formas de atualizar os salários dos demais. Este ano, pelo atraso na assinatura do Protocolo de Cooperação, verificou-se que as IPSS, até seguindo esta orientação da CNIS, foram começando a pagar, de uma forma geral, os 50 euros de aumento para todos. Não foram todas as instituições, mas foram algumas. E também aí está um forte sinal de que vale a pena apostar-mos nisto”.

Como referiu Alfredo Cardoso, a CNIS mantém as negociações com as outras duas plataformas sindicais no sentido de que também elas assinem um acordo com a CNIS.

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO E FOTOS)

Tabela A

Níveis	Remunerações 2025
1	1 387,00 €
2	1 299,00 €
3	1 229,00 €
4	1 176,00 €
5	1 150,00 €
6	1 045,00 €
7	995,00 €
8	967,00 €
9	938,00 €
10	932,00 €
11	922,00 €
12	912,00 €
13	902,00 €
14	892,00 €
15	882,00 €
16	878,00 €
17	874,00 €
18	870,00 €

Tabela B

TABELA B - 1 - Professores do 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário profissionalizados com licenciatura

Níveis	anos de serviço	Remunerações 2025
I	26 ou mais	3 180,00 €
II	de 23 a 25	2 520,00 €
III	de 20 a 22	2 165,00 €
IV	de 16 a 19	2 049,00 €
V	de 13 a 15	1 987,00 €
VI	de 9 a 12	1 833,00 €
VII	de 4 a 8	1 584,00 €
VIII	de 0 a 3	1 150,00 €

TABELA B - 2 - Professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário profissionalizado, com bacharelato

Níveis	anos de serviço	Remunerações 2025
I	26 ou mais	2 629,00 €
II	de 23 a 25	2 430,00 €
III	de 20 a 22	2 049,00 €
IV	de 16 a 19	1 981,00 €
V	de 13 a 15	1 833,00 €
VI	de 9 a 12	1 584,00 €
VII	de 4 a 8	1 466,00 €
VIII	de 0 a 3	1 150,00 €

TABELA B - 4 - Educadores de infância e professores do 1º ciclo do Ensino Básico profissionalizados

Níveis	anos de serviço	Remunerações 2025
I	26 ou mais	2 688,00 €
II	de 23 a 25	2 053,00 €
III	de 20 a 22	1 933,00 €
IV	de 16 a 19	1 764,00 €
V	de 13 a 15	1 589,00 €
VI	de 9 a 12	1 508,00 €
VII	de 4 a 8	1 241,00 €
VIII	de 0 a 3	1 150,00 €



PAULO PEDROSO

Membro da Direção do CoLABOR
e Professor no ISCTE



A caracterização racial é racismo estrutural

Três amigos chegaram ao aeroporto de Lisboa, vindos de um voo intercontinental, com a quantidade de bagagem de umas férias relativamente longas. Duas das pessoas no grupo eram caucasianas, uma tinha um perfil físico que permitia aos olhos de um europeu classificá-la como hispânica. Haviam já passado o controlo de passaportes. Na alfândega, uma das pessoas foi parada e foi-lhe pedido que abrisse as malas, cujo conteúdo foi revistado com detalhe. Isto passou-se comigo há quase três décadas e a minha amiga, talvez hispânica nos seus traços raciais, encarou com normalidade o facto de ser a escolhida para ter a sua viagem verificada.

A caracterização racial na ação das instituições que garantem a aplicação da lei é um dado vastamente conhecido das minorias étnicas. A probabilidade de um cigano, um negro, um estrangeiro, uma pessoa LGBT serem parados e questionados ou revistados, é superior à de um caucasiano. Isso mesmo sublinhou no seu relatório anual de 2024, recentemente publicado, a Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância (CERI)¹.

Essa caracterização racial é uma das tendências que levantam preocupação abordadas no relatório, à qual se juntam a segregação escolar das crianças ciganas e o não reconhecimento de direitos iguais a pessoas transgénero e intersexo.

O exercício denunciado pela CERI é prática corrente na Europa, embora seja um ato

discriminatório que viola o princípio a dignidade humana, a Convenção Europeia dos Direitos Humanos, entre outros instrumentos internacionais e, no caso português, a Constituição da República.

Casos de caracterização racial chegaram já ao Tribunal Europeu dos Direitos Humanos². A Alemanha foi condenada em 2022 por a polícia ter escolhido para controlo de identidade, dentro de uma carruagem de um comboio em que eram os únicos não brancos, um cidadão alemão de origem indiana e a sua filha. Em 2024 foi a Suíça que foi condenada, desta vez por controlo com discriminação racial numa estação de Zurique.

O enviesamento racista dos humanos pode ser prolongado e potenciado no mesmo enviesamento pela inteligência artificial. As margens de erro em reconhecimento facial são maiores para peles mais escuras e para mulheres.

Estes enviesamentos não nascem no vazio e Portugal não é exceção na sua existência. Se ouvimos com frequência as autoridades portuguesas negarem a existência de racismo estrutural entre nós, não deixa de ser verdade que esse tipo de frases é meramente proclamatório, não refletindo a realidade dos factos na nossa vida coletiva.

O racismo estrutural mina a coesão da comunidade, gera tensões e ressentimentos, descredibiliza as instituições e, sobretudo, é uma violência humilhante sobre

as minorias. Uma democracia, se parte do poder da maioria, tem um pilar igualmente fundamental, na proteção das minorias.

O combate à caracterização racial já é, embora com timidez maior do que devia, real. São conhecidos casos de boas práticas na prevenção da prática. Mas o problema persiste, porque radica no racismo estrutural. Tem subjacente a ideia de que há povos intrinsecamente “maus” e dos quais se desconfia mais do que de outros. Como todos os problemas, este só pode ser combatido com ações.

Um artigo recente de uma professora da Universidade de Utrecht³ listou as ações necessárias para uma estratégia de combate à caracterização racial. Nelas se incluem conhecer melhor o fenómeno (recolhendo informação sobre a distribuição étnica dos visados em operações de controlo), formar e dar orientações aos profissionais contra a prática, recrutar agentes com diversas origens, criar e reforçar organismos de supervisão, estabelecer laços entre as autoridades e as minorias, combater os estereótipos nos media e na comunicação. A autora, Karin de Vries, defende que se deve ir mais longe, passando de boas práticas e soft law para instrumentos jurídicos clássicos de proibição da caracterização racial.

O debate sobre o que fazer é necessário. Chegou a hora de identificar o racismo estrutural e agir contra ele, começando pelas suas manifestações na ação do Estado.

¹ Relatório acessível online em <https://rm.coe.int/annual-report-on-ecri-s-activities-covering-the-period-from-1-january-/1680b5bcd9>

² Ver online a apresentação de casos de caracterização racial presentes ao TEDH, em https://www.echr.coe.int/documents/d/echr/FS_Racial_profiling_ENG

³ de Vries, K. (2024). Is it time for a European Convention against Racial Profiling?. *Netherlands Quarterly of Human Rights*, 42(3), 225-232. Acessível online em <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/09240519241274846>

HENRIQUE RODRIGUES

Presidente do Centro Social de Ermesinde

Carrossel Eleitoral

1 - Esgotado o procedimento que conduziu às eleições para a Assembleia da República de 18 de Maio último, com a indigitação e posse do novo Governo, de maioria relativa da AD, passamos de imediato para o ciclo eleitoral seguinte, que há-de conduzir à eleição dos novos órgãos municipais e das freguesias, lá para Setembro ou Outubro próximos; a que se segue a eleição do novo Presidente da República, em Janeiro de 2026 – daqui a meio ano apenas.

A minha primeira memória de eleições para titulares de funções públicas foi a eleição presidencial de 1958, em que, no dia em que fiz seis anos de idade, fui pela mão do meu pai até à assembleia de voto, em Ermesinde, nessas eleições em que, é hoje consensual, o General Humberto Delgado teve mais votos do que o candidato da União Nacional, o Contra-Almirante Américo Tomás, mas a quem foi retirada a vitória que obtivera nas urnas por uma falsificação levada a cabo pelas autoridades de então, afectas ao chamado Estado Novo.

Nos anos que mediaram entre essas eleições de 1958 e a Revolução do 25 de Abril de 1974, o regime, que apanhara um susto com a votação de Humberto Delgado, decidiu, mediante uma revisão constitucional à medida, acabar com a eleição directa para Presidente da República, apesar de tudo consagrada na Constituição de 1933.

Passou o Presidente da República a ser eleito por um colégio eleitoral restrito e de confiança, constituído pelos deputados à Assembleia Nacional e pelos procuradores à Câmara Corporativa, que reelegeram Américo Tomás em 1965 e em 1972.

(É essa memória das eleições de 1958 que recomenda que se mantenha ainda o sufrágio universal como método de eleição do Presidente da República, em detrimento de algumas vozes que vêm defendendo a eleição indirecta do primeiro magistrado, visto como incómodo contrapoder relativamente ao Governo, por detentor de idêntica legitimidade popular.)

Mas verdadeiramente as minhas primeiras eleições foram as legislativas de 1969, no princípio da Primavera Marcelista, em que participou a Oposição; no Porto, o meu círculo, através de duas frentes eleitorais, a CDE – ligada ao Partido Comunista e ao MDP/CDE; e a CEUD – constituída predominantemente por personalidades ligadas ao socialismo democrático, à social-democracia e a alguns círculos católicos progressistas.

Mesmo a lista da Acção Nacional Popular (novo nome da União Nacional, único partido autorizado e afecto à Situação), no que foi visto como uma tentativa de Marcelo Caetano de limar alguns dos traços mais opressivos da Ditadura, continha alguns candidatos que escavavam ao cinzentismo dominante e que viriam

a integrar, na Assembleia Nacional então eleita, a chamada Ala Liberal, com intervenção designadamente em sede de restituição aos cidadãos das liberdades civis.

Foi o caso de, entre outros, no Porto, Francisco Sá Carneiro, Joaquim Macedo, Pinto Machado, José da Silva; e, no resto do País, Pinto Balsemão, Mota Amaral, Miller Guerra, Pinto Leite, Magalhães Mota, Raquel Ribeiro – e outros, que, após o 25 de Abril, desaguaram maioritariamente no PSD, que ajudaram a fundar, e no PS.

(A Câmara Municipal do Porto organizou, por iniciativa do Arquivo Ephemera, uma exposição sobre Francisco Sá Carneiro – que creio que ainda se encontra em exibição no átrio dos Paços do Concelho -, onde se explicita em detalhe esse período politicamente muito activo e interessante que vai da substituição de Salazar por Marcello Caetano até ao 25 de Abril e ao período imediato à Revolução que entre nós restituiu a Democracia.)

Já aqui, nestas crónicas, dei conta de terem sido essas eleições de 1969 a minha estreia na participação cívica, distribuindo nas escadadas da igreja de Ermesinde boletins de voto da Oposição aos eleitores que passavam em direcção ao local da votação.

Aquando das eleições para a Assembleia Nacional de 1973, apesar de já ter então 21 anos – e ser, portanto, de maior idade -, não me deixaram inscrever no recenseamento eleitoral.

De modo que, em eleições propriamente políticas, a primeira vez que votei foi em 25 de Abril de 1975, nas eleições para a Assembleia Constituinte, prometidas pelos militares de Abril.

2 – Essas eleições, para a Assembleia Constituinte, foram até hoje as mais participadas no regime democrático que há 51 anos nos tem assegurado a liberdade e a paz.

Também já tive ocasião de aqui escrever – nestes cerca de 20 anos ininterruptos que levo de cronista no Solidariedade – do privilégio que tive de assistir das galerias a várias sessões da Constituinte.

(O meu sogro foi deputado Constituinte pelo Porto e várias vezes me levou a assistir a esses momentos fundadores do quadro democrático em que felizmente até hoje vivemos.)

Esse privilégio era acompanhado de um outro não menos interessante: o de conhecer e ouvir, directamente da fonte, as intervenções desse conjunto de 250 deputados, que constituíam o escol do país, quer no que se refere ao prestígio profissional, quer à participação cívica, quando a mesma exigia coragem, durante a ditadura.

Creio mesmo que é na notoriedade profissional e na intervenção cívica que noto as maiores diferenças entre os deputados que

ajudei a escolher em 1975 para a Assembleia Constituinte e os que constavam das listas de candidatos em 2025, a pedir o meu voto.

Em 1975, apresentaram-se a sufrágio, salvo raras excepções, personalidades cuja presença honrava o Parlamento e que nessa Câmara prosseguiram a participação cívica de uma vida dedicada ao serviço da Pátria.

Em 2025, ao percorrer a composição das listas concorrentes, e com a mesma ressalva de raras excepções, eu próprio, que me gabo de não andar fora do mundo, não conhecia o percurso anterior nem reconhecia quase ninguém, sequer pelo nome; nem atribuía, portanto, aos candidatos especial competência para me representar.

3 - Claro que é sempre preferível escolher pelo voto deputados sem especiais qualificações do que vê-los impostos por decisão de qualquer autoridade; pelo menos, em democracia, posso, findo o mandato, devolvê-los para de onde vieram.

Mas tenho muitas vezes pensado se a progressiva dissolução das democracias, a que vimos assistindo, mesmo as que julgávamos mais consolidadas, em benefício do populismo, não terá que ver com a quebra de qualidade do pessoal político.

Ainda hoje, dia em que escrevo, vejo na televisão a reportagem que nos chega de Los Angeles, na Califórnia, da mobilização de tropas federais, ordenada por Donald Trump, para reprimir uma manifestação legítima contra a perseguição aos imigrantes, alvo das políticas da presidência americana, que os trata como criminosos.

Trata-se de uma democracia consolidada, a dos Estados Unidos, há bem mais tempo do que a nossa – e, como se vê, não está imune aos populismos e à autocracia, isto é, ao ataque às liberdades civis.

Da mesma forma, entre nós, nos dias de hoje, é também pelo modo como os poderes públicos lidam com a imigração que se mede a solidez da nossa democracia; e não será por impedir o reagrupamento familiar de quem legitimamente se quer integrar no nosso País, como há quem peça ao Governo que impeça, que se defendem os direitos de todos.

As primeiras vítimas a sofrer as ofensivas autocratas são sempre os outros...

Mas, se deixarmos, a nossa vez também chegará!

INICIATIVA FOI CRIADA HÁ SEIS ANOS

«Semana Tábua + Social» reforçou parcerias e debateu o sector no concelho

A «Semana Tábua + Social», organizada pela Rede Social de Tábua, numa estreita colaboração entre o Município, as IPSS, a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), o Centro de Saúde, a Academia Sénior e os projetos de intervenção social CLDS 5G – Tábua + Inclusiva e Missão Futuros E9G, decorreu de 26 a 30 de maio, com inúmeras conferências, debates e tertúlias, dirigidas a utentes, colaboradores e dirigentes das IPSS, aos alunos da Academia Sénior, às crianças e jovens dos CATL, aos militares da GNR de Tábua e à comunidade em geral.

Logo na sessão de abertura da «Tábua + Social», António Oliveira, vice-presidente da autarquia e presidente do Conselho Local de Ação Social, lembrou que a iniciativa, nascida “há seis anos”, sempre teve o objetivo de “reconhecer o trabalho feito” pelos profissionais deste sector, considerando ainda que o concelho de Tábua “está bem preparado” para responder à comunidade.

Em representação da CNIS, Gil Tavares, secretário da Direção, fez uma pormenorizada abordagem à situação atual do Sector Social



Solidário no distrito de Coimbra, sublinhando que “as IPSS têm um grande impacto económico e social, sobretudo no interior do país”. O também presidente da União Distrital das IPSS de Coimbra lembrou a necessidade de o estado tomar algumas medidas no sentido de garantir a sustentabilidade do sector.

Por fim, Gil Tavares deixou o desejo de que “a nova lei de financiamento do Sector Social Solidário venha resolver algumas das problemáticas” na área social.

Júlio Norte, vogal do Secretariado Nacional da União das Misericórdias Portuguesas, defendeu que “a economia social é a mola real dos concelhos” e ainda que as áreas do social e da saúde devem andar de mãos dadas, considerando ser necessário “arranjar equipas multidisciplinares”.

Manuela Veloso, diretora do Centro Distrital da Segurança Social de Coimbra, concordou com a ideia e aproveitou para avançar que “vai sair um aviso” para um “Serviço de Apoio Domiciliário que vai integrar saúde”, sendo que o projeto-piloto vai ser implementado em “Coimbra, Lisboa e Porto”.

“Temos que trilhar esse caminho juntos”, apelou, defendendo a necessidade de “criar uma diferenciação entre os territórios”. Dirigindo-se aos profissionais do Sector Social Solidário, Manuela Veloso disse-lhes que eles “não têm um trabalho”, mas desempenham “uma missão”.

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL E CULTURAL DA BOA VISTA, LEIRIA

Instituição investe 2,2 milhões de euros na construção de uma ERPI

São diversos os casos em que as instituições conseguiram ver os seus projetos aprovados pelo PARES 3.0 ou pelo PRR, mas, infelizmente, sem cabimento orçamental, esgotadas as verbas disponíveis.

Apesar da necessidade e premência das novas ou alargadas respostas sociais que as IPSS querem criar, o obstáculo financeiro ainda é determinante para a maioria e, por isso, muitos desses projetos não saíram do papel.

Em Leiria, a Associação de Solidariedade Social e Cultural da Boa Vista, recusada a candidatura ao PARES e aprovada, mas sem verba disponível, a candidatura ao PRR, decidiu avançar por conta própria e vai colocar no terreno

uma obra no valor de cerca de 2,2 milhões de euros.

A Associação, que atualmente responde a meia centena de utentes, através das valências de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), pretende criar uma Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI), com capacidade para 40 idosos.

O lançamento do concurso para a execução da empreitada de ampliação e remodelação do Centro de Dia, do SAD e para construção do lar foi lançado no início do ano, tendo um prazo de execução de dois anos.

O concurso tem um preço base de pouco mais de 2,2 milhões de euros, acrescidos de

IVA, e prevê a manutenção das atuais instalações onde funcionam o Centro de Dia e o SAD, sendo o edifício ampliado para acolher o lar de idosos.

Perante a pouca área de terreno disponível, aquando da construção do Centro de Dia, há uma década, este já ficou preparado para poder ser ampliado, até porque o desejo de um lar é antigo na instituição.

Falhados os apoios do PARES e do PRR, a instituição decidiu avançar por sua conta, esperando conseguir angariar financiamento junto de algumas entidades. Para já, a obra avançará com fundos próprios e ainda de um empréstimo bancário já garantido.

UDIPSS PORTO É A PRIMEIRA UNIÃO DISTRITAL CERTIFICADA PELA DGERT

Inscrições abertas para a 8ª edição do curso Ser Dirigente de IPSS

Entre os próximos dias 9 de outubro e 14 de novembro, a União Distrital das IPSS do Porto realiza mais uma edição do curso Ser Dirigente de IPSS.

Esta 8ª edição do curso é a primeira em que a UDIPSS Porto realiza desde que é entidade certificada pela DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho).

A União portuense é a primeira UDIPSS a conseguir esta certificação, com a qual os responsáveis pela UDIPSS Porto “pretendem colmatar um vazio no mercado, que é criar e ministrar

formações que respondam às necessidades diretas das IPSS, seus dirigentes e seus trabalhadores”. Apesar da edição 8 do curso Ser Dirigente de IPSS apenas decorrer entre outubro e novembro, as inscrições abriram no início de junho e decorrem até ao dia 30 de setembro. Posteriormente, até ao dia 2 de outubro será comunicado aos formandos a sua participação no curso, tendo o pagamento de ser realizado até dia 8 de outubro.

Relembre-se que o curso Ser Dirigente de IPSS tem como objetivo dotar os membros dos

Órgãos Sociais das IPSS, filiadas na UDIPSS Porto nas áreas da gestão dos órgãos sociais, gestão organizacional,

gestão das respostas sociais, gestão dos recursos humanos e gestão estratégica e financeira. Os destinatários do Ser Dirigente de IPSS são os elementos dos Órgãos Sociais das IPSS, bem como trabalhadores que perspetivem, no futuro, exercer um cargo nestes Órgãos.

Para mais informações consultar o site da UDIPSS Porto.

PARCERIA ENTRE A ULS REGIÃO DE LEIRIA E O CDSS

Hospital Domicílio Sénior já está no terreno e serve 500 utentes de ERPI

Já está no terreno o projeto «Hospital Domicílio Sénior», uma iniciativa da Unidade Local de Saúde (ULS) da Região de Leiria e do Centro Distrital de Segurança Social, com o objetivo de proporcionar cuidados de saúde de proximidade a seniores, evitando deslocações desnecessárias ao serviço de urgência.

Este é um modelo centrado na proximidade, que abrange, na primeira fase do projeto, cerca de 500 utentes de ERPI, de uma IPSS de cada concelho da área de influência da ULSRL: Alcobaça, Batalha, Leiria, Marinha Grande, Nazaré, Pombal e Porto de Mós, no distrito de Leiria, e Ourém, no distrito de Santarém.

Para o presidente da ULS de Leiria, Manuel Carvalho, o objetivo é “melhorar a qualidade de atendimento a este tipo de utentes e ao mesmo tempo aliviar os constrangimentos das urgências de certos tipos de doentes”, que segundo

este responsável, 6.700 utentes que vão à urgência são de lares de idosos.

As equipas do «Hospital Domicílio Sénior» são compostas por profissionais de saúde dos cuidados de saúde hospitalares e cuidados de saúde primários da ULS, bem como por técnicos de saúde e serviço social das IPSS, lares privados e Segurança Social.

Para a ULSRL, um dos elementos centrais do projeto é a criação de uma «Via direta» de comunicação entre os hospitais e as respostas sociais, como os lares e residências seniores.

Com este projeto, o hospital disponibiliza uma equipa de um médico e dois enfermeiros, disponíveis entre as 9h00 e as 16h00, para responder aos contactos dos lares.

“Não lhe chamemos via verde, mas uma consultadoria. A enfermeira, o diretor técnico, um

responsável ou a assistente operacional tem um doente com febre. Liga para o médico, ele faz um certo tipo de questionário e à distância pode dizer que é para ir ao hospital” ou para dar medicação e reavaliar mais tarde.

Nesse sentido, o hospital de Leiria tem agora um quarto destinado aos doentes dos lares que necessitem de atendimento na urgência, após referência através deste projeto.

Outra vertente do projeto é a formação que será ministrada aos funcionários dos lares, para que estejam melhor preparados para responder a situações de saúde dos utentes, em áreas específicas da infeção ou risco de queda.

A fase inicial do projeto será “cuidadosamente monitorizada”, permitindo avaliar impactos clínicos, sociais e organizacionais. O propósito passa por, com base nos resultados recolhidos, poder alargar o modelo.

CASA DOS POBRES, COIMBRA

Instituição assinala 90 anos de apoio aos mais carenciados

A Casa dos Pobres de Coimbra assinalou, no passado dia 8 de maio, 90 anos de serviço aos mais pobres dos pobres, ou seja, aqueles que nada têm. Instituição de referência, a sua história é rica, difícil, mas que mantém vivo o espírito da solidariedade.

Foi por deliberação autárquica, em 1938, que nasceu a Casa dos Pobres de Coimbra, sendo instalada num edifício no Pátio da Inquisição. A instituição havia sido criada três anos antes, por iniciativa do comandante da polícia, presidente da Câmara Municipal e Governador Civil com o objetivo de retirar os indigentes das ruas da cidade.

“A Casa dos Pobres foi criada com a intenção de acabar com a mendicidade em Coimbra, que às sextas-feiras era infestada de pedintes de todo o País, a pedir pão, esmola, alojamento... E, depois, dormiam nos bancos de jardins ou nos vãos das escadas. Então, o comandante da Polícia, o presidente da Câmara e o Governador Civil da altura resolveram meter mãos à obra e, então, surgiu a Casa dos Pobres de Coimbra, com a cédência das instalações no Pátio da Inquisição, de má memória, das quais teve que sair porque a Câmara queria aproveitar aquilo para o Centro Histórico e a Casa dos Pobres envergonhava a cidade”, recordava, em 2014, o então presidente da instituição, Aníbal Duarte de Almeida, entretanto já falecido, e que integrava a Direção desde 1986.

Desse tempo em que se tornou dirigente da instituição, lembrava que “a principal e única necessidade da instituição era ter novas instalações, pois as do Pátio da Inquisição eram muito velhas, nunca receberam obras de manutenção e quando chegou à altura de mudar para a Praça do Comércio, em 2001, chovia por todos os lados”.

Entretanto, a Casa dos Pobres passou o rio



Mondego para a margem sul e instalou-se em S. Martinho do Bispo, onde, de momento, realiza uma obra de ampliação das instalações.

Está em curso a construção de mais um edifício contíguo ao existente, com a capacidade para cerca de mais meia centena de novos utentes, o que redimensiona a capacidade da instituição para mais de uma centena de idosos. Hoje, a instituição acolhe 63 utentes em ERPI. A ideia é rentabilizar o investimento através de clientes com maior poderio económico, a fim de

equilibrar as contas.

A cerimónia de comemoração do 90º aniversário da Casa dos Pobres contou ainda com uma homenagem aos antigos órgãos sociais que serviram a instituição ao longo destes 90 anos, ao Banco Alimentar, que sempre apoiou a Casa dos Pobres, ao empresário Manuel Teixeira, antigo proprietário dos supermercados Pereira & Santos, que ajudou a instituição; e ainda ao vice-reitor da Universidade de Coimbra, João Nuno Calvão da Silva.



Servimos bem-estar.

TRIVALOR

SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA O SETOR SOCIAL

Na Trivalor, a nossa vocação é fazer o melhor pela sua organização.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência na prestação de serviços em *outsourcing*.



GESTÃO INTEGRADA DE SERVIÇOS



SERVIÇOS PARTILHADOS



RESTAURAÇÃO COLETIVA



RESTAURAÇÃO PÚBLICA E CATERING DE EVENTOS



VENDING



REPRESENTAÇÕES E LOGÍSTICA



PRODUÇÃO ALIMENTAR



SEGURANÇA HUMANA E ELETRÓNICA



LIMPEZA



BENEFÍCIOS E INCENTIVOS



TRABALHO TEMPORÁRIO E OUTSOURCING

 WWW.TRIVALOR.PT

 [LINKEDIN/COMPANY/TRIVALOR-SGPS-SA](https://www.linkedin.com/company/trivalor-sgps-sa)

RUA DA GARAGEM, Nº 10 · 2790-078 CARNAXIDE
TELEF.: 210 420 005 / 210 420 808
FAX.: 210 420 098 / 214 249 488
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

CONHEÇA-NOS MELHOR

CONTACTE-NOS

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Sete vítimas mortais no primeiro trimestre deste ano

Sete pessoas morreram em contexto de violência domésticas nos primeiros três meses do ano, revelou a PJ, avançando que, entre 2020 e março de 2025, as mortes neste âmbito representaram praticamente 25% do total de investigações por homicídios.

Os dados foram avançados durante um seminário sobre violência doméstica, que decorreu no edifício da Polícia Judiciária, em Lisboa, pelo coordenador de investigação criminal da PJ, Pedro Maia, que sublinhou que “o valor do contexto da violência doméstica é elevado e expressivo”.

Os dados revelam que, no total, foram registados 588 inquéritos investigados pela Polícia Judiciária e, destes, 145 são inquéritos por homicídio em contexto de violência doméstica, representando 24,65% do total.

Só nos primeiros três meses do ano, os registos da Polícia Judiciária revelam a existência de 41 inquéritos por homicídio, sendo que seis destes inquéritos aconteceram em contexto de violência doméstica.

Nestes seis inquéritos, há a registar sete vítimas, seis do sexo feminino e uma do sexo masculino, sendo que os dados não especificam, no entanto, quantas vítimas são menores de idade. Olhando para a distribuição geográfica, e também relativamente aos primeiros três meses do ano, dois inquéritos de homicídio em contexto de violência doméstica referem-se a Setúbal, outros dois a Lisboa, um ao Porto e outro a Braga.

Neste tipo de crime, entre 2020 e o primeiro trimestre de 2025, a arma branca foi o tipo de arma mais utilizada, identificada em 51 inquéritos, seguida da arma de fogo, 37 inquéritos, e da força física, habitualmente através da asfixia, em 26 inquéritos.

No mesmo seminário, o procurador-geral da República defendeu que, nos casos de violência doméstica, não deve ser a vítima a abandonar a casa e o ambiente familiar, mas sim o agressor, e apelou para que sejam feitas mudanças neste sentido.

“Pretendo sensibilizar a senhora ministra da Justiça no sentido de que, no meu ponto de vista, o agressor é que deve abandonar a casa e não a vítima. Não faz sentido a situação atual e devemos pensar essa situação”, defendeu Amadeu Guerra.



TSR Excelência e Experiência desde 1995

Soluções de Software Inovadoras para IPSS na Economia Social

29 anos de liderança tecnológica, oferecendo ferramentas avançadas para instituições de solidariedade.

Mais de 900 parcerias de sucesso

Mais de 40 soluções personalizadas

Compromisso com a satisfação total e suporte dedicado

Assistência técnica especializada

Descubra a diferença com uma demonstração gratuita

Transforme a sua gestão com a TSR

Acesso em qualquer lugar e informações interligadas

Plataforma Integrada WEB

Utentes	Caixas e Pagamentos e Fornecedores
Bancos	Qualidade 3ª Idade
Rendas	Qualidade Infância e Juventude
Associados Irmãos	

+351 253 408 326
+351 939 729 729
tsr@tsr.pt

saiba mais em tsr.pt

SANTA CATARINA DA SERRA, LEIRIA

Centro Social e Paroquial investe 1,1 milhões de euros em projeto de habitação colaborativa e comunitária

O Centro Social e Paroquial de Santa Catarina da Serra, uma instituição particular de solidariedade social (IPSS) no concelho de Leiria, vai criar habitação colaborativa e comunitária, num investimento superior a 1,1 milhões de euros.

À agência Lusa, a vice-presidente da instituição, Isabel Reis, explicou que o edifício, com 11 apartamentos de várias tipologias e com capacidade máxima para 33 utentes, vai ficar junto à sede do Centro Social, onde estão as atuais valências, num terreno da paróquia.

O anúncio para a empreitada foi publicado em Diário da República na sexta-feira, com um preço base de 1.147.057,58 euros sem IVA e um prazo de execução de sete meses.

Isabel Reis adiantou que o Centro Social e Paroquial iniciou o trabalho em 1995 e, ao longo destas três décadas de existência, foi abrindo respostas sociais para colmatar necessidades da população.

“Fomos tentando dar respostas de acordo com as necessidades da população e é nessa sequência que lançámos agora este concurso”, declarou esta responsável. Segundo a dirigente da IPSS, chegou-se à conclusão de que “seria importante haver uma outra

resposta que não o lar e que não as tradicionais respostas para a população idosa”.

Isabel Reis esclareceu que se trata de um edifício com “pequenos apartamentos”, incluindo sala e uma cozinha (kitchenette) devidamente equipada.

“É uma habitação colaborativa, ou seja, as pessoas ficam autónomas nos seus apartamentos, mas há uma equipa que estará a dar apoio e as pessoas não ficam isoladas”, salientou.

De acordo com Isabel Reis, o investimento contempla um apartamento de tipologia T3, cinco T2, três T1 e dois T0. “A sua ocupação pode não ser só um idoso, pode ser o casal, pode ser o casal e um filho”, exemplificou.

Ainda sem lista de espera para a futura valência, Isabel Reis lembrou, contudo, que, no passado, a IPSS já teve apartamentos numa residência paroquial, pelo que haverá “um conjunto de pessoas que, não fazendo parte de uma lista de espera, estariam interessadas em frequentar essa resposta”.

A vice-presidente da IPSS considerou ainda que as habitações colaborativas são “a solução para o isolamento e para os medos que os idosos mais têm, que é à noite”, admitindo que “há muitas pessoas que recorrem ao lar,

mas que gostariam e que ainda podem ter alguma autonomia e viver algum tempo no seu espaço, na sua casa”.

Para a construção, o Centro Social espera poder “vir a ter apoio do Estado”, além de que há a “promessa de algum apoio” da Câmara de Leiria. Por outro lado, afirmou que a IPSS tem “parcerias com várias empresas”, que pretende “continuar a dinamizar”.

“Temos vários acordos de cooperação com a Segurança Social para estas valências que já estão em funcionamento e esperamos vir a ter algum apoio também para esta resposta social que se irá criar”, acrescentou.

A instituição tem neste momento as valências de centro de dia (30 utentes), creche (42), serviço de apoio domiciliário (35), centro de convívio (cinco) e lar (36 utentes). Entre funcionários e prestadores de serviço, a IPSS conta com cerca de 50 colaboradores, sendo que com este investimento o seu número vai aumentar.

Isabel Reis assinalou ainda ser uma “feliz coincidência” este investimento coincidir no ano em que o Centro Social e Paroquial de Santa Catarina da Serra, na União das Freguesias de Santa Catarina da Serra e Chainça, faz 30 anos.

LISBOA

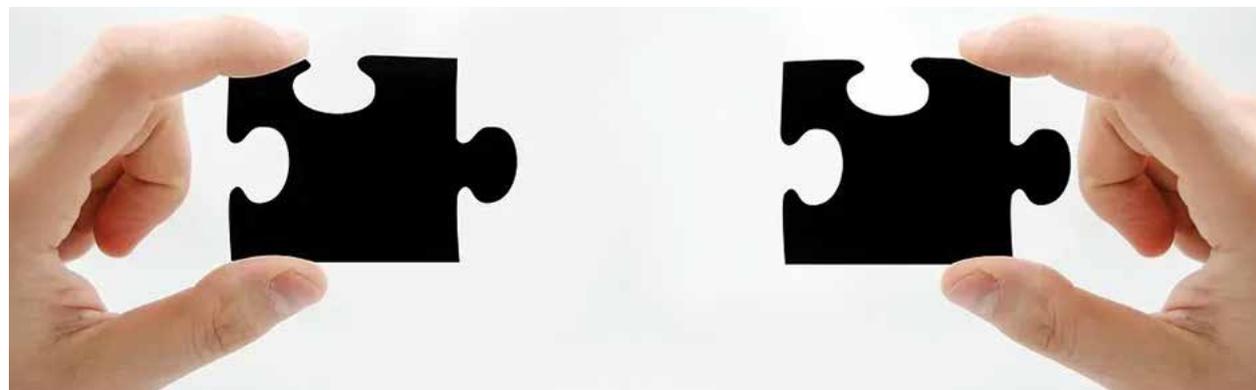
Câmara aprova mais de um milhão de euros para apoios sociais

A Câmara de Lisboa aprovou, por unanimidade, a atribuição de 1,078 milhões de euros para apoio a 30 projetos relativos a diversas áreas de intervenção social, inclusive deficiência, envelhecimento, famílias, infância e saúde mental.

Em reunião privada, o executivo municipal apreciou a proposta subscrita pela vereadora dos Direitos Humanos e Sociais, Sofia Athayde, para homologar a classificação e aprovar o deferimento e indeferimento de pedidos de apoio financeiro relativos a diversas áreas de intervenção social, ao abrigo do Regulamento de Atribuição de Apoios do Município de Lisboa (RAAML).

A proposta inclui o apoio a 30 projetos, num total de 1.078.119,03 euros, e o indeferimento de outros 39 pedidos. A maioria dos projetos indeferidos foi aprovada com os votos contra de Cidadãos Por Lisboa (eleitos pela coligação PS/Livre) e BE, a abstenção de PS e Livre e os votos a favor da liderança PSD/CDS-PP e do PCP.

Entre os projetos financiados pela câmara, há sete que irão receber um apoio de 50 mil euros cada, o valor mais elevado a atribuir, nomeadamente os promovidos pela APSA - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger, Instituto Português de Educação e Investigação Pedagógica, Associação Promotora do Ensino dos Cegos, Associação Mais Proximidade Melhor Vida, AADC - Associação de Apoio no Domicílio à Criança, O Ninho e Obra Social das Irmãs Oblatas do Santíssimo Redentor.



Entre as entidades apoiadas estão também a Associação de Actividade Motora Adaptada, Associação o Dom Maior, SEACOOOP - Social Entrepreneurs Agency, Alzheimer Portugal, ENTRE IDADES - Cooperativa de Solidariedade Social de Apoio e Proteção ao Idoso, Inválidos do Comércio, Projecto Alcantara - Associação de Luta Contra a Exclusão Social, Ajuda de Mãe - Associação de Solidariedade Social, Movimento de Defesa da Vida (MDV), Fundação Madre Sacramento e Associação Humanidades.

Outros dos projetos financiados são a Casa Qui - Associação de Solidariedade Social, Associação de Ajuda ao Recém-Nascido, APSI-Associação para a Promoção Segurança Infantil, Fundação S. João de Deus, GIRA - Grupo de Intervenção e Reabilitação Ativa, Associação Terra dos Sonhos, Mundo a Sorrir - Associação de Médicos Dentistas

Solidários Portugueses e APDP -- Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal.

Dos 39 projetos que não terão apoio financeiro da câmara estão os promovidos pela Comissão de Moradores de São Domingos de Benfica, Associação de Paralisia Cerebral de Lisboa - APCL, Sociedade de Instrução e Beneficência A Voz do Operário, Associação de Moradores do Campo Grande, Chapatô - Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina, Associação ILGA Portugal, entre outras.

A este propósito, a vereação do BE criticou a demora de “cerca de um ano” na aprovação destes projetos no âmbito do RAAML, considerando que “essa lentidão da câmara tem impactos muito grandes na resposta social da cidade”, e questionou o porquê de não ter em conta projetos sociais ou culturais nas regras.

JOSÉ FIGUEIREDO
ECONOMISTA



Administração Trump está a erodir o papel do dólar

Numa das crónicas anteriores dávamos nota sobre uma anomalia que se seguiu ao infausto “liberation day”, ou dia da libertação, quando as famigeradas tarifas “recíprocas” foram anunciadas pela administração Trump.

A conseqüente turbulência nos mercados ocorreu de acordo com os manuais, com os investidores a procurarem abrigo em ativos seguros como ouro ou títulos do tesouro americano, no entanto, contrariamente ao que seria de esperar, o dólar perdeu valor. Na verdade, em tempos de confusão, o dólar costuma apreciar dado que é visto como um ativo de refúgio.

Eventualmente tratar-se-ia de uma anomalia passageira a corrigir em devido tempo.

Entretanto Donald Trump suspendeu as tarifas “recíprocas”, as bolsas recuperaram parte das perdas, contudo, nos mercados de dívida e nos câmbios vemos desenvolvimentos de alguma forma inesperados.

Depois de um primeiro momento em que os títulos do tesouro americano ganharam por efeito de refúgio, a verdade é que, no período subsequente ao “dia da libertação”, a tendência tem sido para a desvalorização dos títulos que é o mesmo que dizer que as taxas de juro têm subido. Desde 2 abril os juros dos títulos de dívida americanos a dez anos subiram de 4,16% para 4,42%. No entanto, mais uma vez contrariamente às regras dos manuais, o dólar, no mesmo período, perdeu 4,7% no confronto com um pacote das principais moedas internacionais.

Habitualmente não é assim. Quando as taxas de juro americanas estão relativamente elevadas o dólar tende a ganhar. Desde logo porque se pode fazer dinheiro tomando dívida em euros ou yens, com taxas de juro mais baixas e aplicar em dólares com taxas de juro mais altas encaixando a diferença. Por outro lado períodos de taxas de juro elevadas são também, de uma forma geral, períodos de crescimento económico o que puxa pela cotação das moedas.

Usando a linguagem do “economês” diríamos que desde o infame “dia da libertação” a correlação entre as taxas de juro e a cotação do dólar quebrou.

Obviamente não sabemos se se trata de um fenómeno transitório ou se, pelo contrário, temos aqui um primeiro sinal de uma mudança estrutural do papel do dólar no sistema financeiro internacional.

O dólar tem sido a moeda dominante desde a segunda guerra mundial substituindo-se à libra esterlina que teve o mesmo papel até à primeira guerra mundial.

Embora a criação do euro e o ascenso económico da China tenham naturalmente erodido o

papel do dólar, a verdade é que, mesmo agora, mais de 60% dos ativos de reserva a nível global são denominados em dólares, contra cerca de 20% em euros e doses pouco mais que marginais de libras, yens ou renminbis. Do mesmo modo, o dólar continua esmagadoramente dominante nas transações e nos financiamentos internacionais.

Em parte o poder do dólar vem da dimensão da economia americana. Por volta de 1950 a economia dos Estados Unidos valia próximo de 50% da economia global. Mesmo agora, com a recuperação da economia europeia no pós-guerra, o crescimento notável do Japão e dos tigres asiáticos e o ascenso da China a potência económica global, a economia americana ainda vale mais de um quarto do PIB planetário.

Contudo a força do dólar não vinha exclusivamente da dimensão da economia.

O dólar todo poderoso devia muito à solidez das instituições democráticas americanas, ao primado da lei, ao estado de direito, à estrita proteção legal da propriedade privada, à independência dos tribunais ou à existência de instituições politicamente independentes como, por exemplo, a Reserva Federal, as quais garantem uma razoável previsibilidade das políticas uma vez que não estão sujeitas aos altos e baixos dos ciclos políticos e eleitorais.

Devido à dimensão da economia e ao enquadramento institucional particularmente favorável ao investimento privado, os mercados americanos, seja de ativos de risco seja de títulos de dívida, são os maiores, os mais profundos e os mais líquidos do mundo e, como tal, indispensáveis em qualquer estratégia de investimento. Por exemplo, um fundo de ações globais tem tipicamente próximo de 70% de empresas americanas na sua composição. Os títulos do tesouro dos Estados Unidos, dada a sua segurança e liquidez, são usados na estruturação de muitas operações de financiamento complexas no espaço global.

Amanhã não será a véspera do começo do fim do papel primordial do dólar no sistema financeiro internacional, quanto mais não seja porque não se vislumbram alternativas credíveis. O dólar continuará a ser a moeda dominante por muitos e bons anos.

No entanto, a atual administração americana tem feito tudo o que pode para descredibilizar o dólar e acelerar o processo em curso de progressiva redução da sua importância global.

Desde logo a solidez das instituições democráticas americanas está a ser posta à prova. Donald Trump governa como um tiranete para quem não há limites à ação executiva o que põe

em causa um dos fundamentos da democracia liberal que é o primado da lei. Sabemos agora, embora muitos já o suspeitassem, que a declaração arbitrária de tarifas aduaneiras pelo ramo executivo é ilegal conforme uma recente decisão judicial.

A independência política de agências federais, que garantiam a continuidade e previsibilidade de políticas fundamentais, independentemente dos altos e baixos dos ciclos político-eleitorais, como, por exemplo, a política monetária através da Reserva Federal, está sistematicamente a ser posta em causa. Donald Trump chegou a admitir a possibilidade de demitir Jerome Powell de presidente da Reserva Federal, coisa que legalmente não pode fazer. Não foi a ilegalidade da coisa que fez recuar Donald Trump (para os populistas o estado de direito é um estorvo), foi antes uma tarefa monumental dos mercados que levou o tiranete a pensar duas vezes.

Ao mesmo tempo a trajetória orçamental dos Estados Unidos está a assustar os detentores de ativos denominados em dólares. Passou recentemente na Câmara dos Representantes (por um voto), legislação fiscal proposta pela administração Trump que vai aumentar o já inflacionado deficit orçamental de 6,4% para 6,9% do PIB e aumentar a dívida pública em 3,3 triliões (milhões de milhões) na próxima década. Em quatro anos a dívida pública americana, comparada com o PIB, terá ultrapassado o pico que se seguiu à segunda guerra mundial e que se julgava irrepitível em tempos de paz.

Para juntar insulto à injúria chegou à atenção do público uma cláusula obscura na legislação fiscal que permite à administração taxar os detentores internacionais de ativos americanos.

Resumindo, se a intenção da administração americana fosse descredibilizar o dólar e assustar os investidores não teria sido fácil fazer melhor.

O dólar perdeu cerca de 5% desde o “dia da libertação”. É provável que alguns investidores mais nervosos estejam a substituir ativos denominados em dólares por ouro ou ativos denominados noutras moedas.

Para já é pouco mais que picadela de mosquito. Mas, como diz o povo “no comer e no ralar tudo vai do começar”. Do que não devemos duvidar é que o atual curso das políticas norte americanas está a desbaratar os maiores ativos de que a América dispunha, instituições credíveis e uma moeda indispensável.

A legislação ainda tem que passar no Senado. Quem sabe os senadores sejam os últimos adultos na sala. Haja fé!



**ESPECIALISTAS
EM FORNECIMENTO
ALIMENTAR
E NÃO ALIMENTAR**



30 ✓

Marcas Representadas

19 ✓®

Marcas Próprias

5.800 🚚

Pontos de entrega

4.800.000 🚛

km / ano

120.000 📦

Toneladas /ano
de alimentos de alta
qualidade

175 M €

Em vendas

100% 🇵🇹

Cobertura Nacional
e Ilhas (Madeira e Açores)
e exportação para África,
Ásia, Europa e América

+24.000 🧴

Referências alimentares
e não alimentares

8 🏠

Plataformas Logísticas:
Lisboa, Porto, Viseu,
Covilhã, Algarve, Açores
(São Miguel e Terceira)
e Madeira



LISBOA: 210 420 000
ALGARVE: 282 484 009
PORTO: 220 406 900

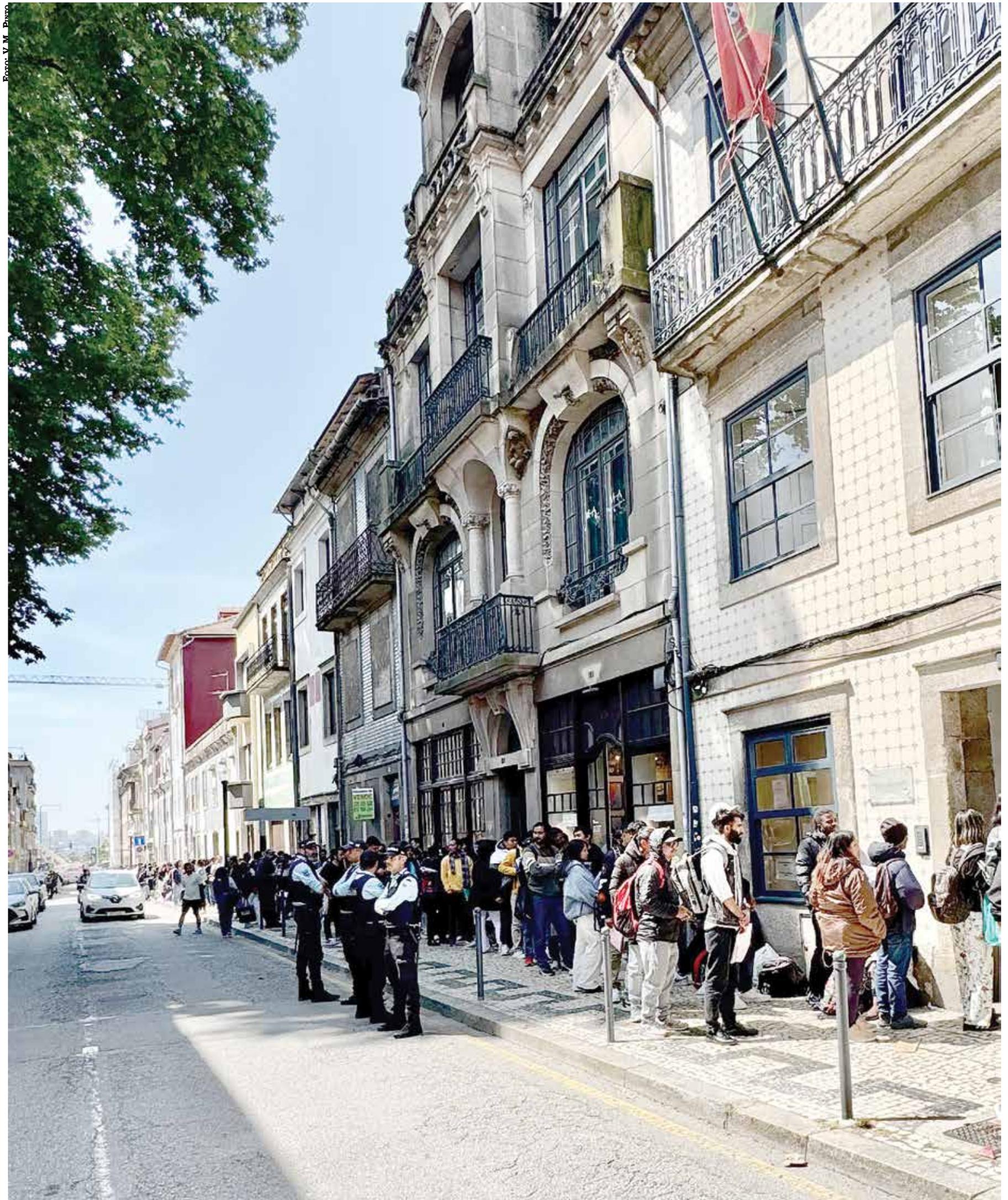
COVILHÃ: 275 320 600
VISEU: 232 430 470
MADEIRA: 210 420 000 | 917 175 381

SÃO MIGUEL: 296 960 550
TERCEIRA: 295 513 048
WWW.SOGENAVE.PT



ÂMBITO: VER CERTIFICADOS
Nº 2008/AMB0364
Nº 2019/SST.0521
Nº 2006/CEP2827
Nº 2008/GSA0037

TRIVALOR
trivalor.pt



A crise da imigração

FICHA TÉCNICA

Propriedade: CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** jornal.solidariedade@gmail.com | **Sede de Redação e de Editor:** Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto **Redacção:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Eugénio Fonseca, Henrique Rodrigues, José Figueiredo e Paulo Pedroso | **Estatuto Editorial:** <http://www.solidariedade.pt/site/mostrapdf/13446> | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

“PORTUGAL BALANÇO SOCIAL 2024”

Mais de dois milhões de pessoas continuam em risco de pobreza

Portugal tem feito uma “trajetória positiva” no combate à pobreza, mas mais de dois milhões de pessoas permanecem em risco de pobreza ou exclusão social, alerta o relatório “Portugal Balanço Social 2024”, que defende uma “reflexão aprofundada”.

O relatório, que procura ser um contributo para essa reflexão, apresentado em Lisboa, começa por contextualizar a posição de Portugal, salientando que, em 2023, o país “estava abaixo da média da União Europeia nos principais indicadores de pobreza, exceto na taxa de risco de pobreza”.

Recorrendo a dados do Eurostat (o gabinete de estatística da União Europeia), os investigadores apontam que a taxa de risco de pobreza após transferências sociais era de 17%, enquanto a média da União Europeia (UE) era de 16,2%.

Já a taxa de privação material e social severa era de 4,9% (6,8% para a UE27) e a percentagem de pessoas em agregados familiares com intensidade laboral muito baixa era de 6,3% (8% para a UE27).

No entanto, e apesar da “trajetória positiva dos últimos anos, Portugal tem, em 2023, uma taxa de risco de pobreza ou exclusão social de 20,1%”. “Logo, um quinto da população, ou mais de dois milhões de pessoas, estão em risco de pobreza ou exclusão social”, lê-se no relatório, que refere, tendo por base dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) relativos a 2024, que “são consideradas em risco de pobreza as pessoas com rendimento disponível até 7.588 euros anuais, ou 632 euros por mês, ligeiramente acima dos valores de 2023”.

Explica que a taxa de risco de pobreza (depois de transferências sociais) é a proporção da população que vive com rendimentos abaixo do limiar de pobreza e que 16,6% das pessoas encontravam-se em risco de pobreza, uma redução de 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior.

Segundo o relatório, Portugal tem quase 1,8 milhões de pobres.

Entre os grupos mais vulneráveis estão os imigrantes, os idosos, as pessoas com menos escolaridade e as que vivem em zonas rurais.

Por outro lado, as famílias monoparentais e as famílias numerosas são as mais afetadas pela pobreza, “com taxas de pobreza de 31% entre as primeiras e de 28,2% entre as segundas”.

Na análise feita, é possível constatar que 10,4% da população residente estava em situação de pobreza extrema em 2023, o que quer dizer que “mais de metade das famílias pobres tem rendimentos abaixo de 50% do rendimento mediano nacional, ou seja, 3.548 euros por ano”.

A população pobre sofre de maior privação habitacional em todas as dimensões e quatro em cada dez pessoas em risco de pobreza vivem em

habitações com telhado, paredes, janelas e chão permeáveis a água ou apodrecidos e, embora “a vasta maioria da população não tenha sido forçada a dormir fora da sua habitação, 3,6% das pessoas não pobres e 4,9% das pessoas pobres sofreram com essa situação”.

“Entre os pobres, 1,1%, ou 15 mil pessoas, afirmam já ter tido que dormir na rua, ou num espaço público, por carências habitacionais”, refere o relatório.

Sobre as diferenças regionais, o relatório mostra que a prevalência de pobreza é maior nas Regiões Autónomas, onde é também maior a privação material e social e os valores de desigualdade.

“A taxa de pobreza está quase oito pontos percentuais acima da média nacional nos Açores, a região com maior taxa de pobreza em Portugal, e quase três pontos percentuais acima da média nacional na Madeira e na Península de Setúbal”, lê-se no relatório, ressaltando, no entanto, que a taxa de pobreza nas Regiões Autónomas diminuiu entre 2023 e 2024.

Diz também que, em geral, a desigualdade aumentou entre 2022 e 2023 e que os Açores são a região com maior desigualdade, seguida da Madeira e da Área Metropolitana de Lisboa, que “foi também a região em que a desigualdade mais aumentou face a 2022”.

Já no que diz respeito à desigualdade de rendimento, os dados mostram que 25% dos mais ricos detêm 48% do rendimento total do país, enquanto os 25% mais pobres apenas 10,2%, “valores próximos dos de 2022”.

Segundo os cálculos feitos pelos investigadores, em 2023 seriam necessários cerca de 3,5 mil milhões de euros para retirar todas as famílias da pobreza, apesar de salientarem que há muitos fatores que estão na origem da pobreza e que organizar as políticas públicas para combater a pobreza custaria muito mais.



D.R.

Lavandarias Profissionais IPSS

Miele

milplus

GRUPO LABLAD, LDA.
Rua Fernando Namora, 135
4425-651 MAIA TLM 917571305
info@milplus.pt - www.milplus.pt

Parceiro Oficial
Miele